UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)

D e p a r t a m e n t o d e G e o g r a f i a

O Meio Técnico-Científico e Informacional e a precarização do trabalho bancário no Brasil

João Hamilton Lima

FLG0499 - Trabalho de Graduação Individual II

Orientador: Prof. Dr. Fabio Betioli Contel

Agosto/2016

Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Bacharel em Geografia pela UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 2016.

Aprovado em 17/08/2016 pela Banca Avaliadora:

Prof.ª Dr.ª Amália Inés Geraiges de Lemos.

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato.

Prof. Dr. Fabio Betioli Contel.

Aos meus pais, Edite e João (in memorian);
E, às amadas Luciana, companheira e mulher;
Nathalia e Mariana, minhas eternas meninas.

ÍNDICE

	p.
Resumo	2
Abstract	3
Capítulo 1 – O Meio Técnico-Científico e a atividade bancária no território	4
1.1 – A técnica da informação e a estruturação do sistema financeiro nacional	17
Capítulo 2 - Globalização e a Psicosfera Liberalizante no território	24
2.1 – Plano Real: novos conteúdos normativos e concentração bancária	32
Capítulo 3 – A reestruturação produtiva no sistema bancário	39
3.1 – A terceirização de serviços e a precarização do trabalho	48
Considerações Finais	58
Referências Bibliográficas	64

LIMA, João H. **O Meio Técnico-Científico e Informacional e a precarização do trabalho bancário no Brasil.** Trabalho de Graduação Individual da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 2016.

RESUMO

As principais marcas dos programas de desenvolvimento estrutural para a integração material e imaterial do território brasileiro acabaram ganhando reforço através das formas de intervenção do Estado na sociedade.

Por sua vez, mesmo acompanhando estes verdadeiros períodos de oportunidades o sistema financeiro não pôde prescindir da evolução da técnica e das adequações das normas do país para se modernizar.

O Trabalho de Graduação Individual aqui apresentado nasceu da vontade de contribuir para a compreensão das estratégias adotadas pelo sistema financeiro e bancário no território, bem como as principais consequências dessas ações na transformação das relações do trabalho e na reconfiguração das formas de produção.

Para tanto, a partir de um enfoque geográfico foi possível acompanhar parte dos processos de liberalização normativa e de evolução das técnicas da informação, que avançaram como fenômenos da globalização sobre a chamada psicosfera nacional, e que ao mesmo tempo garantiram um contexto de desregulamentação e de perda de qualidade nas condições do trabalho no território.

Palavras-chaves: Globalização, normas, técnicas, trabalho, bancos, terceirização.

LIMA, João H. **The Technical-Scientific Informational Environment and Precariousness in the Banking Work in Brazil.** Individual Academic Work from College of Philosophy, Letters and Human Sciences, UNIVERSITY OF SÃO PAULO. 2016.

ABSTRACT

The main detail of structural programs for material/immaterial development from Brazil enhancing concepts of government intervention in society.

Otherwise, even when following these periods of growth and opportunities which financial system could be not absent themselves by develop technology and adjustments in order to standardize the modernity.

The Individual Graduation Work show us up the aim to contribute to understand usual strategies by Financial and Banking National System and the huge consequences of these actions in transformation of labor relationship and the reconfiguration of the kind of production.

Finally, getting a overview about geographic focus and following part of the processes with a kind of “freedom of rules” and information development techniques, in which ongoing as the globalization phenomena on the so-called National Psychosphere, and at the same time ensured a context of deregulation and low condition employee in the country.

Keywords: Globalization, norms, techniques, work, banks, outsourcing.

Capítulo 1. O Meio Técnico-Científico e a atividade bancária no território

Desde o início do processo de colonização a persistência do trabalho nos circuitos agrícolas de exportação se mostraria fundamental para as finanças do território. Consequentemente, além de sugerirem vocações representadas nos diferentes ciclos de produção entre as regiões, estes circuitos indicariam a abertura de novas fronteiras agrícolas, como o deslocamento cafeeiro no oeste paulista.

Também, através dessas diferenças regionais, especificamente as existentes nos níveis de difusão dos sistemas técnicos instalados, é que se dariam as condições para o crescimento acelerado das cidades.

Principalmente a partir do último quartel do século XIX, algumas das principais cidades brasileiras, superando uma função inicial de entreposto e comercialização, vivenciaram um processo de crescimento urbano atrelado ao desenvolvimento de empreendimentos estrangeiros. "Isto se verificou a principio, sobretudo em empresas de serviços públicos: estradas de ferro, serviços e melhoramentos urbanos, instalações portuárias, fornecimento de energia elétrica" (PRADO JUNIOR, 1976, p. 273), e etc.

De maneira geral, a presença do meio técnico[1] chamava a atenção pelo incremento de uma rede ferroviária distribuída pelo interior do território, e por uma organização industrial primariamente centrada na produção têxtil e de gêneros alimentares (PRADO JUNIOR, 1976).

A introdução da velocidade nos processos técnicos e produtivos começava a atingir também a circulação do dinheiro, e exigia uma forma de reprodução do capital em períodos cada vez mais curtos. Nesta movimentação se tornava indispensável aproveitar os momentos de valorização do café para a formação de novos negócios, e viabilizar a proximidade de interesses entre a oligarquia cafeeira e uma burguesia ávida pela promoção da atividade industrial no país.

[1] Já em 1889 o enriquecimento do meio técnico proporcionado por uma malha ferroviária com "cerca de 9.000 km de linhas em tráfego, e outros 1500 em construção" (PRADO JUNIOR, 1976, p. 196), se complementaria pela ação de "uma desenvolvida rede telegráfica de quase 1.000 km de linhas, articulando todas as capitais e cidades mais importantes do país" (PRADO JUNIOR, 1976, p. 197).

As casas bancárias estabelecidas ao longo da constituição dos principais centros regionais de produção reuniam condições para unificar projetos, e direcionar recursos do negócio agroexportador a outros empreendimentos.

Com a disponibilização desses capitais os primeiros investimentos puderam chegar às antigas oficinas para conseguir transformá-las em modestas fábricas, até que se atingisse a reconversão nas primeiras unidades de produção massificada, como as configuradas pelo fenômeno da industrialização paulista do início do século XX (PRADO JUNIOR, 1976).

Essas manifestações conseguem demonstrar um vínculo entre o processo de evolução dos sistemas técnicos e a atividade bancária. Entretanto, apesar da inerente predisposição nessa composição, quais condicionantes do período exigiam uma modernização dos conteúdos normativos, e mudanças nos padrões de decisão financeira e de circulação monetária no território?

"O próprio surgimento dos Estados territoriais modernos é, em grande medida, um resultado de uma combinação entre o controle das finanças e o espaço" (CONTEL, 2006, p. 1). Além do que, a transição para o regime federativo[2] veio acompanhada pelo recrudescimento da crise financeira ocasionada com a insistência no descontrole monetário, e por um (*in*) consequente processo inflacionário (PRADO JUNIOR, 1976).

As seguidas quedas dos preços do café e a pressão do capital financeiro internacional, preocupado com suas inversões no país, complementam o clima de instabilidade e forçam um processo de reformas. Neste sentido, a aquisição de novos empréstimos, e a realização de acordos para suspensão de pagamentos e revisão de prazos antecedem novos cortes de despesas, aumentos de impostos e a alienação de bens públicos para minorar os problemas da instabilidade cambial e inflacionária (PRADO JUNIOR, 1976).

Simultaneamente, as iniciativas abrangendo a reprodução do capital seguiam estimulando negócios e mobilizando a atenção para as formas de

[2] Desde então, os mais recentes gastos da máquina pública puderam também ser justificados pelas conveniências surgidas com a autonomia dos entes federados (estados e municípios). A crise fiscal é reforçada com "a perturbação produzida pela mudança de regime, o que não somente desorganiza no primeiro momento a normal arrecadação das rendas, mas logo depois transfere para os Estados alguns tributos, com grande desfalque para as finanças nacionais" (PRADO JUNIOR, 1976, p. 219).

captação dos recursos. A realização dos compromissos requeria modificações que aprimorassem a intermediação financeira, e tornassem sua funcionalidade diferente da praticada, até então. A partir destas necessidades, autoridades e instituições instaladas procuraram conduzir a atividade bancária para uma sistematização.

Resultado de parte das decisões adotadas pelo governo civil que assume o país, "a refundação do Banco do Brasil, no ano de 1905, pode ser considerada como um evento significativo, que começa a alterar o padrão de circulação do capital financeiro no território brasileiro" (CONTEL, 2006, p. 20).

As alterações normativas[3], como as que deram maior regulamentação à atividade bancária nos anos 1920, apontavam o ganho de importância que o fator financeiro passou a adquirir na formação socioespacial brasileira.

Neste sentido, o Banco do Brasil, responsável pela emissão da moeda nacional e funcionando como Sociedade Anônima desde o início do século, assume o papel precursor no movimento de interiorização e constituição das redes bancárias no país. Desde então, sua topologia[4] foi conseguindo alcançar as partes mais distantes do território, e se distribuir para além dos tradicionais pontos de funcionamento ao longo do litoral. Consequentemente, ao passo que formava sua rede, ativava dispositivos na concessão de empréstimos e no recolhimento dos recursos distribuídos nas localidades, possibilitando "o crédito bancário como forma de desenvolvimento regional" (CONTEL, 2006, p. 22).

Os acordos macroeconômicos permitiram uma fase de estabilização das finanças públicas e a continuidade do investimento estrangeiro do país. Mas, apesar da importância destes eventos na continuidade dos negócios, quais seriam os principais resultados da evolução do meio técnico do território?

Mesmo a contragosto das oligarquias rurais e autoridades em mandato, que não escondiam sua predileção pela economia baseada em exportações

---

[3] Analisando o contexto de evolução da "divisão bancária do trabalho, neste período de gênese do moderno sistema bancário brasileiro" Fabio Betioli Contel (2006, p. 25) consegue esclarecer as relações estabelecidas entre as diretrizes sancionadas, o processo de estatização de bancos e as exigências que passam a valer então para a instalação de instituições estrangeiras (CONTEL, 2006).

[4] A lógica territorial é produzida em paralelo à atuação corporativa. Neste sentido, um dos vieses expostos no conceito de topologia, utilizado pela geografia, é o da "distribuição no território dos pontos de interesse para operação dessas empresas" (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 292).

primárias e importações de manufaturados, o processo industrial persistiu. Esta é uma das conclusões permitidas a partir da análise de Caio Prado Junior (1976, p. 260) sobre a atividade industrial de 1907, quando;

> "(...) realiza-se o primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras. Serão encontrados 3258 estabelecimentos industriais com 665.663$000 de capital, e empregando 150.841 operários. Quanto à distribuição geográfica da indústria, 33% da produção cabiam ao Distrito Federal (capital da República, a que se podem acrescentar os 7% do Estado do Rio de Janeiro, vizinho e formando geograficamente na mesma unidade); 16% a São Paulo e 15% ao Rio Grande do Sul. Nenhum outro Estado alcançará 5%".

A disposição desses dados indica a constituição de uma região precocemente privilegiada pela concentração mais robusta do meio técnico. Da mesma maneira, possibilita uma relação com a crescente manifestação no território de um meio técnico predisposto à coexistência com as maiores velocidades (SANTOS, 1996).

Sob esta perspectiva, o modo de afirmação das áreas urbanas vai sendo transformado, para um desenvolvimento socioespacial estruturado na técnica. O alastramento das cidades começa a ver suas formas de atrair e aglutinar pessoas revigoradas numa produção centrada na dinâmica das máquinas.

Todavia, como mostra Milton Santos (1996; 2000; 2001), não existe meio técnico que predomine sem um meio político que o regule. Assim, as primeiras décadas do século XX no Brasil são marcadas por crises econômicas e disputas político-institucionais, expandidas por revoltas civis e militares.

De um lado, o declínio na economia do café e a dependência nacional no mercado externo tornavam visíveis as formas de uso do aparelho estatal na criação de mecanismos artificiais de valorização do produto. A cada ano ficava mais custoso adquirir financiamento externo para uma produção que se mostrava cada vez mais de difícil comercialização (PRADO JUNIOR, 1976). Por outro, a efervescência dos movimentos sociais urbanos, particularmente revigorados desde as formas de organização fundadas nas práticas do operariado anarquista por melhores condições de trabalho, parecia ampliar o cenário de instabilidades perante os setores mais abastados.

Junte a essas manifestações um consequente desgaste sofrido ao longo dos mandatos tutelados pelas oligarquias regionais, e teremos a indicação de

parte dos motivos que transformaram o modelo institucional numa República prematuramente envelhecida. As divisões nas oligarquias na disputa pelo poder revezado entre as aristocracias de São Paulo e Minas Gerais, e a consequente formação de uma ala dissidente disposta a conciliar interesses em torno de uma *Aliança Liberal* completaram as formas de articulação para a instauração de uma forte centralização do poder político que surgia.

Diante da crise institucional de 1930, um governo provisório é instalado com a participação organizada dos grupos políticos dominantes no período. A polarização, que tomou o país possibilitou apoio para a instauração de uma nova fase com o fim de direitos individuais e a extinção dos partidos em vigor (KAREPOVS, 1994; COSTA e MELLO, 1996; SANDRONI, 1999).

Essas atitudes se somaram aos efeitos da grande depressão capitalista de 1929, que passou a provocar quedas frequentes nos preços internacionais e crises nos circuitos de exportação. De toda maneira, dentre as atribuições circunscritas no modelo político para formar um *Estado Novo* (1937) permanecia a busca pelo atendimento simultâneo dos interesses de uma oligarquia rural organizada, e o fortalecimento dos setores industriais emergentes. Através de contradições o Estado reforçava um papel de intervenção social com medidas voltadas para a modernização de infraestruturas essenciais à indústria, e ações que conservavam o trato com as classes populares (COSTA e MELLO, 1996; SANDRONI, 1999).

O clima de endurecimento seria contrabalançado nas deliberações pontuais assimiladas pelas camadas médias em ascensão e nos apoios obtidos com a regulamentação de benefícios aos assalariados urbanos. As formas de assistência pareciam conseguir condições para outras decisões importantes. Assim, o governo “suspendeu o pagamento da dívida externa até 1940, para recuperar a economia; aboliu o imposto interestadual, que impedia a formação do mercado interno; e estabeleceu o salário mínimo obrigatório no país, com diferentes níveis regionais” (SANDRONI, 1999, p. 629).

As contínuas quedas nas importações provocadas pela deflagração da 2ª Guerra Mundial tiveram como consequência a vinda das poucas mercadorias estrangeiras para as famílias que ainda podiam recebê-las. Ao

mesmo tempo, reforçavam a alternativa adotada desde o início da década com os processos de *substituição* (PRADO JUNIOR, 1976).

A intensificação dos conflitos abria caminho para que novas determinações do Estado assumissem a renovação da base técnica nacional. Assim, o Governo Getulio Vargas (1937-1945) (SANDRONI, 1999, p. 629)

> Elaborou um plano econômico quinquenal, em 1940, que previa a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda (financiada pelo Import - Export Bank, dos Estados Unidos), da Hidrelétrica de Paulo Afonso, além da compra de navios para o Lloyd Brasileiro e de equipamentos militares e a instalação da Fábrica Nacional de Motores.

Decisões importantes do ponto de vista da modernização industrial que precisavam contar com a funcionalidade da infraestrutura de circulação do território. Todavia, a capacidade de atendimento e a disposição dos arranjos instalados se mostravam pouco eficientes. Ao longo do tempo, estas formas passaram mesmo a perpetuar a pouca integração entre as regiões.

Na prática, “a topologia destes sistemas era, até a época, extravertida e desarticulada internamente” (CONTEL, 2006, p. 34), pois, assim como a ordem econômica vigente, priorizava o atendimento dos circuitos agroexportadores e mantinha uma “estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras” (PRADO JUNIOR, 1976, p. 258).

Além da fluidez reduzida, outro problema na difusão das atividades econômicas modernas estava relacionado às incertezas na capacidade de energia, diante do potencial industrial e de expansão urbana que se apresentava. É que as atividades imanentes ao desenvolvimento urbano, e as ligadas aos setores da indústria são reconhecidas por sua propensão em demandar consumos de eletricidade que sempre se ampliam (CONTEL, 2006).

Neste cenário o governo era compelido então a organizar os recursos e a construção dos sistemas técnicos, já que (CONTEL, 2006, p. 40)

> Não havia, na verdade, um parque industrial diversificado e ‘completo’, para atender as novas demandas de consumo do território brasileiro. Não existia tampouco uma burguesia nacional dinâmica o suficiente para chamar a responsabilidade sobre a industrialização. Daí a ação mais firme do Estado no planejamento e na condução das mudanças.

As carências na capacidade do sistema elétrico assinalavam mudanças nos padrões de produção e consumo, indicando alterações na divisão social e

territorial do trabalho existente. A transição do modelo produtivo limitado em vínculos regionalizados pôde ser aprimorada pelo estabelecimento de um sistema de trocas mercantil cada vez mais associado ao fenômeno da urbanização.

A reorientação industrial dos anos 40 se estabelece então de modo a reafirmar uma gradativa condição de desigualdade entre as regiões. Sob esta perspectiva, “a formação da rede urbana consolida um processo de industrialização das cidades brasileiras, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste do país” (CONTEL, 2006, p. 35). Mais especificamente, graças à maior concentração de recursos financeiros, infraestrutura material e social, e à interação proporcionada por seus núcleos regionais, coube ao Estado de São Paulo assumir um papel de destaque na hierarquia do uso do território (PRADO JUNIOR, 1976; SANTOS, 1996; SANTOS e SILVEIRA, 2001; CONTEL, 2006).

A efetivação de um mercado apto por mobilizar a produção numa lógica menos dependente dos fluxos externos, e a consolidação de São Paulo em centro irradiador do modelo de desenvolvimento que se estabelecia indicam a entrada da nação num “outro período histórico” (CONTEL, 2006, p. 36). A consequente ampliação geográfica dos circuitos produtivos confirma a tendência de que “os lugares da produção são cada vez mais dissociados dos lugares do consumo, o que leva a uma maior necessidade de integração material (física) do território” (CONTEL, 2006, p. 42).

Tanto o empenho na reconstrução dos sistemas de transportes e energia, quanto àqueles mais relacionados à infraestrutura industrial e urbana expunham as limitações da atividade financeira no território. Neste sentido, as investidas das autoridades e do setor privado para superar as dificuldades de financiamento acabaram por promover a coexistência desses esforços com os interesses em modernizar a atividade bancária (CONTEL, 2006).

Por mais que se considere o poder de transformação no ritmo dos fluxos de produção e consumo, exercido pelas políticas de integração, esta não foi necessariamente a principal interferência que a efetivação do meio técnico-científico conseguia provocar na relação entre a dimensão temporal e o espaço. É que “a nova base técnica que passa a funcionar no território

brasileiro altera sensivelmente os tempos do território, principalmente aqueles tempos de maturação dos investimentos realizados" (CONTEL, 2006, p. 42) [5].

Apesar da presença marcante do Banco do Brasil, e de um avanço significativo na topologia dos bancos públicos estaduais,[6] "o controle do sistema de ações financeiro no período era bastante pulverizado" (CONTEL, 2006, p. 26), e, "a ação das instituições estatais de regulação dos agentes financeiros não era bem delimitada" (CONTEL, 2006, p. 45).

Ainda que se valesse da atualização de normas, que de certa maneira se contrapunham à modernização dos conteúdos (financeiro e bancário),[7] o Governo Federal ainda não podia contar com o setor privado para reunir recursos suficientes para projetos. Ao mesmo tempo (CONTEL, 2006, p. 45);

> (...) além da ausência de uma taxa de juros que favorecesse este amadurecimento da atividade bancária no país, inexistia ainda uma grande especialização entre as diferentes instituições financeiras nacionais. Esta falta de uma divisão bancária (e financeira) do trabalho se refletia na ausência de instituições voltadas para algumas carências específicas da nação. Dentre estas ausências, podemos lembrar: a) inexistiam Bancos de Desenvolvimento e/ou Investimento, para a construção de macrossistemas técnicos no território; b) assim como não havia 'sociedades financeiras' (para o financiamento da comercialização de bens de consumo duráveis, por exemplo).

Diante dos obstáculos o Governo decidiu fundar um órgão de condução da atividade financeira e bancária no território. A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) foi a "instituição financeira criada em 1945, na dependência do Ministério da Fazenda, incumbida de fiscalizar o sistema bancário nacional, traçar a política monetária e cambial do país e assessorar o governo nas questões econômicas" (SANDRONI, 1999, p. 583).

A SUMOC também passaria a elaborar a regulamentação do sistema, função até então assumida de maneira ambígua pelo "maior banco comercial do país" (CONTEL, 2006, p. 46), o Banco do Brasil S/A. apesar disto, o Banco

---

[5] Mesmo as questões mais específicas que se colocavam na formação da base técnica já assinalavam uma capacidade de financiamento diferente daquela oferecida pelas instituições do período. Muitos dos investimentos de grande porte levam décadas para um retorno de capitais (CONTEL, 2006).

[6] A autonomização dos estados, conseguida pelos acordos que garantiram a instauração da República (PRADO JUNIOR, 1976), possibilitou a sistemática alteração das normas na atividade bancária. Numa abrangência ainda maior as reformas autorizaram "o processo de estatização de vários bancos comerciais privados, abertos no começo do século (a partir de garantias dos governos estaduais)" (CONTEL, 2006, p. 25).

[7] A chamada *Lei da Usura* limitava a aplicação de juros a 12% anuais, e por consequência, acabava por inviabilizar ganhos de longo prazo e forçava os poupadores a direcionar excedentes para outras formas de investimentos. Dentre as comuns estavam aplicações em imóveis e câmbio (CONTEL, 2006).5167412

do Brasil ainda manteria uma posição privilegiada no cenário, graças ao prestígio de ser o agente financeiro do Governo. Permaneciam então as obrigações com operações do Tesouro Nacional e empresas estatais, e o papel de promover as normas estabelecidas pela SUMOC (CONTEL, 2006).

De toda maneira, a evolução do sistema bancário brasileiro[8] se dava pela aceleração do fenômeno da urbanização em paralelo à expansão do meio técnico-científico, e de um decorrente incremento do crédito. Junte a estas características uma inflação crescente, e os bancos reiterariam suas dificuldades em estabelecer uma relação equânime entre depósitos recolhidos e o montante necessário para financiar o meio técnico (CONTEL, 2006).

Apesar das adversidades, mantinha-se o quadro em que as instituições buscavam ampliar sua captação, a partir de novas unidades subsidiárias. Assim, o acréscimo da base geográfica financeira se ensejava através de duas formas organizativas, caracterizadas na conformação das redes e pelo processo de regionalização dos bancos. Uma dinâmica na qual (CORRÊA, 1995, p. 236);

> A partir da década de 1940 verificou-se uma enorme expansão do sistema bancário nacional. Processou-se (...) inicialmente pela criação de numerosos pequenos bancos de caráter local, (...) logo absorvidos por outros, e posteriormente pela criação de numerosas agências subordinadas aos bancos de maior porte que, por sua vez, se ampliaram.

Entretanto, a convivência de diferentes padrões institucionais mantidos sob uma mesma estrutura sistêmica, e com topologia centrada nas áreas economicamente ativas mobilizou as autoridades para a alteração desta lógica.

Na busca por ações que dispersassem as agências na rede, e "em consonância com a tendência mundial de redução do número de bancos, a SUMOC revela sua posição favorável à concentração bancária no Brasil" (DIAS e LENZI, 2009, p. 98/99). Esta regulação da instalação de filiais culminaria, mesmo, na criação de zonas específicas com critérios regionalizados para a abertura das unidades (CONTEL, 2006; DIAS e LENZI, 2009).

---

[8] Para uma visão acurada sobre a *divisão financeira do trabalho* instalada a partir dos *conteúdos normativos* da SUMOC é recomendável a análise de Fabio Betioli Contel (2006) sobre as características do período que definem as ações dos bancos comerciais privados nacionais, das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos (financeiras), e as ações específicas para os bancos estrangeiros. Vale se ativer mais detidamente também ao importante papel exercido pelos Bancos Oficiais, e sua contribuição para o contínuo processo de "organização da vida da nação" (CONTEL, 2006, p. 58).

Em mais de uma oportunidade, a reconstituição de Fabio Betioli Contel (2006) sobre o *moderno sistema bancário brasileiro* possibilitou o reconhecimento de uma dualidade presente nas ações da SUMOC. Uma alternância entre posicionamentos baseados nas chamadas *solidariedades orgânicas,*[9] e outros próximos das *solidariedades organizacionais*[10] no território.

Na primeira situação o modelo de carta-patente e o estabelecimento de uma "estrutura regionalizada da ação bancária" (CONTEL, 2006, p. 80) compreendem dispositivos de cunho orgânico da SUMOC. Na gestão da topologia "sua preocupação distributiva, agia no sentido de tornar a densidade financeira do território mais equilibrada" (CONTEL, 2006, p. 82). De outra forma, ao incentivar uma participação menor de instituições as autoridades priorizavam demandas organizacionais, pois a concentração do sistema favoreceu mudanças no centro de decisões financeiras do território.

De fato, as medidas regulatórias faziam parte de um contexto de aumento da participação do Estado na organização socioespacial do país. Nos anos 40, as formas de intervenção se intensificaram pela generalização de políticas atreladas a uma visão institucionalizada de desenvolvimento nacional.

Desde o contexto da Segunda Guerra o governo dos Estados Unidos viu seus interesses estratégicos crescerem em toda a América do Sul e especialmente na realização de acordos com o Brasil. Como efeito do arranjo geopolítico internacional, o fenômeno da Guerra Fria consolidou esta proximidade, de modo que as ações para capitanear o modelo *desenvolvimentista* passavam cada vez mais a contar com o auxilio externo. Consecutivamente, aumentavam os incentivos governamentais para a aquisição de bens de capital e de matérias-primas importadas, em meio a uma

---

[9] As *solidariedades orgânicas* têm sua origem relacionada ao ordenamento e à cultura do lugar. Associadas a uma população e a um sistema de objetos e ações específicos, interagem a partir do território e permitem maior autonomia à reorganização regional. Como consequência, conseguem criar uma divisão do trabalho onde as redes de cooperação formadas são assentadas *horizontalmente* pelo diálogo com a sociedade local (SANTOS, 1996, 2000; SANTOS e SILVEIRA, 2001; CONTEL, 2006).

[10] As *solidariedades organizacionais,* ao contrário, atuam no território, mas suas origens são exógenas a ele. Buscam trocar a ordem dos lugares pela lógica da competitividade, que permite apenas a interpretação unitária e de relação *verticalizada*. A "nova ordem" funcionaria então como apologia na instalação de uma divisão do trabalho mais dependente de fatores externos, baseada em conformações técnicas e normativas fechadas (SANTOS, 1996, 2000; SANTOS e SILVEIRA, 2001; CONTEL, 2006).

maior abertura econômica dada pela fixação de multinacionais no território (PRADO JUNIOR, 1976; SANDRONI, 1999; CONTEL, 2006).

Se a conformação econômica contribuía no sustento das lideranças encarregadas do projeto político, incorporada a um modelo de urbanização desordenado, conseguia evidenciar também o fenômeno da desigualdade no país. Na iminência de seguir com a política desenvolvimentista o Estado promoveu então seguidas alterações no arranjo jurídico-institucional, desta vez, buscando associar as ações de desenvolvimento a um novo papel exigido para os bancos públicos federais[11].

Mais do que em outros momentos, as atenções da sociedade passam a mobilizar o foco do aparelho de Estado para as regiões onde o processo de organização do território tradicionalmente acentuou maiores disparidades. Neste sentido, "são criadas instituições voltadas ao desenvolvimento tanto da Região Amazônica, quanto do Nordeste brasileiro. A formação do mercado interno, portanto, acaba por aumentar também a tomada de consciência acerca das desigualdades regionais que se gestavam" (CONTEL, 2006, p. 59).

As referências dos bancos federais regionalizados seguiam então um perfil estrutural aperfeiçoado nas potencialidades e limitações da lógica socioespacial predominante em cada base de sua atuação. Neste sentido, possibilitavam o encaminhamento de políticas públicas sob uma menor subordinação dos aspectos político-administrativos dos maiores estados.

Independentemente de vínculo institucional (nacional, regional ou local), "a existência de atores públicos em regiões menos desenvolvidas de qualquer território contribui para evitar a concentração dos capitais nas cidades e nas regiões mais dinâmicas destes mesmos espaços" (CONTEL, 2006, p. 63).

---

[11] Além de definições acerca de fontes tributárias e projetos de destinação dos recursos públicos obtidos, a fundação do Banco de Crédito da Borracha (1942), e do Banco do Nordeste Brasileiro - BNB (1953) alteram os "conteúdos financeiros do território brasileiro, já que criam importantes instituições bancárias que visavam basicamente a drenagem e irrigação de recursos para o desenvolvimento das regiões em questão" (CONTEL, 2006, p. 61). Em relação à forma regionalizada do Banco do Brasil S/A, mesmo considerando o papel desempenhado na intermediação financeira do nordeste brasileiro, e apesar da capacidade de sua topologia, eram muitas as limitações apresentadas no seu modo de inserção. É que as restrições promovidas pela centralização organizacional, inerentes ao controle de instituições como as do porte do Banco do Brasil dificultavam sua atuação numa maneira mais singularizada, a partir da própria região (CONTEL, 2006).

Através da SUMOC o Estado procurou regular então o comando dos circuitos monetários do território e viabilizar uma sistematização da atividade bancária. Ao mesmo tempo, a organização dos bancos públicos regionais permitiu uma atuação específica nas potencialidades pela interação com a visão oriunda do lugar. Estas capacidades possibilitaram ao Estado brasileiro desenvolver uma intervenção mais horizontalizada no território.

Apesar de tudo, para fazer completar o processo de integração territorial, faltava ainda investir nos sistemas de grande porte. A conjuntura inflacionária e de desvalorização cambial contribuiu para que Getúlio Vargas fosse conduzido pelas urnas a um mandato presidencial (1951-1954) bastante alinhado às reflexões da chamada "Comissão Mista Brasil - Estados Unidos" [12] (PRADO JUNIOR, 1976; SANDRONI, 1999).

Imerso num contexto institucionalizado de empreendimentos a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, reunia esforços no sentido de "fomentar o desenvolvimento dos setores básicos da economia brasileira, nos planos público e privado" (SANDRONI, 1999, p. 58). Essa ação dava maior significado a política governamental porque imprimia "um caráter estratégico (ligado a um projeto nacional) ao financiamento dos principais macrossistemas do território" (CONTEL, 2006, p. 66).

Além de contar com a organização dos fundos de origem fiscal o BNDE conseguiu se valer dos auxílios externos do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e do Eximbank (Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos) (SANDRONI, 1999; CONTEL, 2006).

No ano seguinte, outro importante evento dentre as iniciativas do período foi o da criação da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.) e o consequente "monopólio estatal na extração e refinação de petróleo" (SANDRONI, 1999, p. 630) pelo país. Resultado de grande debate nacionalista, estas inversões interferiram de maneira positiva no fornecimento dos recursos energéticos necessários aos mais variados segmentos empresariais, nacionais e

[12] "Criado em 1950 e instalado em 1951, tinha por objetivo estudar os problemas básicos da economia brasileira e propor projetos para o desenvolvimento do país, cujo financiamento seria realizado por bancos dos Estados Unidos. A prioridade seria dada aos setores de energia, transporte e agricultura, considerados pontos críticos para o desenvolvimento econômico do país" (SANDRONI, 1999, p. 112).

estrangeiros no território. Do mesmo modo, contribuíram com a ampliação das cadeias de refino e distribuição (combustíveis e derivados), dando suporte, por exemplo, ao ramo químico, petroquímico, e de polímeros plásticos.

Estes fatos, sintonizados às orientações estabelecidas pelo pensamento nacional desenvolvimentista, estão relacionados à predileção inicial do Estado pela implantação de sistemas de energia e de infraestruturas de transporte no território. Numa fase posterior, o BNDE se tornou o principal responsável por consolidar a capacidade produtiva de insumos necessários à produção de bens de capital no país. De fato, levantamentos apontam a concentração deste tipo de financiamento em quatro setores fundamentais à alavancagem industrial: “a) siderurgia; b) química e fertilizantes; c) equipamentos mecânicos e elétricos; e d) equipamentos/material de transporte” (CONTEL, 2006, p. 67).

Mesmo considerando a decorrente internacionalização dos empreendimentos voltados à fabricação de bens de consumo interno, a manutenção de referências nacionais nas decisões de investimentos do BNDE proporcionaria a transição de um primário estágio de substituição de importados para uma potencial participação no “controle dos processos básicos da industrialização pesada, em termos mais soberanos” (CONTEL, 2006, p. 68). Apesar dessa participação estatal no fortalecimento do processo de produção de um espaço corporativo (SANTOS e SILVEIRA, 2001), a intensificação dos programas de obras públicas, que previa a construção de Brasília e do novo estágio de fluidez do território (o *rodoviarismo*) estava baseada em investimentos diretos, e em sucessivas emissões monetárias.

1.1. A técnica da informação e a estruturação do sistema financeiro nacional

No início dos anos 60, os sinais de desaceleração econômica e o crescimento da inflação serviram de combustível para que, no plano social, aumentassem as greves e manifestações em favor das bandeiras unificadas pelas chamadas *reformas de base*. A instabilidade política desde o início do governo trabalhista de João Goulart (1961-1964) provocou uma mudança de regime (parlamentarismo 1961-1963) e culminou no apoio das camadas médias ao Golpe Militar em 1964 (com um consequente desequilíbrio do poder).

Em meio à consecução do golpe militar, em que o direito passa a ter mais limitações e a cidadania fica institucionalmente enfraquecida, começam a se instalar os principais elementos daquilo que se pode dar o nome de meio técnico-científico informacional no território. Com a maior centralização do poder, condicionada às deliberações de um comando militar, haveria também uma relação mais direta do novo controle político-estatal sobre os recursos públicos. Uma fase marcada pela construção de grandes obras de infraestrutura e pela criação de um conjunto de empresas estatais, hegemonizadas sob a institucionalização de um novo *projeto nacional.*

O contexto de distribuição populacional permitiu o assentamento de dois cenários demográficos simultâneos, estabelecendo um novo equilíbrio no arranjo cidade-campo. De um lado, o agravamento do êxodo rural, promovido nas tradicionais características da herança fundiária brasileira, encontra apoio nas novas formas de concentração da terra. De outro, o crescimento urbano desordenado sinaliza o excedente de mão de obra e impõe severos testes à infraestrutura das cidades (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Na transição para os anos 1970, as inovações aplicadas na fixação de um modelo agrícola mecanizado exigiram a atenção de uma mão de obra especializada. Colheitas mais produtivas, menos influenciadas pelo calendário natural das plantas e mais dependentes de insumos produzidos em laboratórios de pesquisa acompanharam a “produção de uma nova geografia

feita de *belts* modernos e de novos *fronts* no Brasil" (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 119).

Resultado de uma modernização produtiva preocupada em expandir commodities e aumentar exportações, as ações de *racionalização do espaço agrícola* marcariam a transformação dos cultivos brasileiros. Neste sentido, como reflexos do aumento das "quantidades de capital e tecnologia no campo, dispensando parcelas grandes de mão de obra, que acabarão por migrar para áreas urbanas do espaço nacional" (CONTEL, 2006, p. 85);

A conjuntura macroeconômica não tinha sofrido com o choque do petróleo e ainda mantinha perspectivas de expansão. A abertura econômica sistemática promovida pela proximidade do comando brasileiro com os Estados Unidos, e a normatização flexível na remessa dos lucros facilitavam concessões às multinacionais e a captação de dólares (SANDRONI, 1999).

Nesta fase de recepção de fluxos de investimento externos, mesmo os reflexos de uma dívida externa ainda em condições de juros menores eram bastante tolerados pelo vislumbre dos agentes econômicos. De qualquer maneira, o uso de incentivos fiscais na exportação, a valorização de commodities no mercado internacional, e a manipulação pontual do câmbio eram alternativas nas quais as autoridades podiam contar para obter superávits e inibir importações. Todos estes mecanismos estão ligados ao fenômeno da *financeirização dos circuitos agrícolas,* e às ações de integração do território (CONTEL, 2006).

Nas áreas urbanas o fenômeno da metropolização sinalizava um futuro em que a conurbação[13] seria a principal forma de agregação das cidades. Uma conformação de espaço geográfico onde se daria o desenvolvimento de uma força de trabalho especializada na gestão do institucional e da burocracia das crescentes máquinas públicas. Adicione ao cenário o avanço da prestação de serviços pelo seguimento dos "profissionais liberais" (CONTEL, 2006, p. 86) e verificamos um aumento no poder de consumo, impulsionado nas

[13] O crescimento urbano acelerado se iniciou nos anos 60, quando apenas as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo já contavam mais de um milhão de pessoas. Nos anos 70, porém, cinco municípios atingiram esta marca e, posteriormente, com o suceder dos anos 80 já seriam dez as metrópoles com tal quantidade de habitantes (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

necessidades de uma classe média em crescimento (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Esta forma própria de concentração do meio urbano foi induzindo a elevação nos outros “tipos de consumo possíveis: consumo dos *setores empresariais* (por insumos, financiamentos), estatais (consumos materiais e imateriais para a prestação eficiente dos serviços urbanos), e ainda os consumos individuais e familiares” (CONTEL, 2006, p. 88).

O consequente reforço nos empreendimentos exigia a garantia de ativos para os ciclos de operações cotidianos. Neste sentido, buscar a ampliação da capacidade creditícia num sistema financeiro concentrado, e pressionado por circuitos monetários, que tendiam a intensificação, era o contexto de problemas para os agentes econômicos no período. Diante das dificuldades o arranjo político-institucional estabelecido decidiu as mudanças que deviam *modernizar* o sistema financeiro e bancário. As normas da Reforma Bancária de 1964 e o avanço da rede técnica de telecomunicações seriam fundamentais neste processo.

Como forma de retomar o crescimento e solucionar parte das dificuldades inflacionárias as forças sociais que compunham o governo acionariam o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Neste modelo de planejamento econômico sobressaíram então as determinações para concentrar mais a renda, ampliar concessões do crédito ao consumo final e reforçar a abertura da economia (KAREPOVS, 1994; SANDRONI, 1999).

A busca pela manutenção dos preços vinha através de decisões que diminuíam o poder de compra assalariado. Assim,

> (...) o governo reduziu os salários reais e, além disso, visando a reduzir o poder de barganha dos trabalhadores, proibiu as greves e tomou outras medidas coibentes da organização operária. O arrocho salarial dos trabalhadores pouco qualificados possibilitou que os aumentos de produtividade do sistema fossem, em sua maior parte, retidos em mãos dos empresários e dos trabalhadores de nível elevado: foi o modelo do “milagre econômico brasileiro” (SANDRONI, 1999, p. 521).

A chamada *Lei da Reforma Bancária* (4.595/64) organizaria o mercado financeiro e instauraria a estrutura da autoridade monetária. As medidas

substituíam a SUMOC pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), novo responsável pela normatização do sistema financeiro, e efetivavam o Banco Central do Brasil (BCB) na execução das políticas traçadas pelo CMN (KAREPOVS, 1994; SANDRONI, 1999; CONTEL, 2006; DIAS e LENZI, 2009).

A Lei 4.728/65 estabeleceu um *mercado de capitais sistematizado* no país, buscando viabilizar o financiamento de empresas privadas e, até, do próprio poder público, a partir da comercialização de novos "*produtos financeiros*" (CONTEL, 2006, p. 121), os títulos públicos e privados. Desde então, a crescente especialização proporcionada pelo dinamismo próprio de um mercado de capitais regulamentado, e a expansão do crédito ao consumo sustentariam a difusão de novos agentes, como financeiras e bancos de investimento (KAREPOVS, 1994; SANDRONI, 1999; CONTEL, 2006).

As primeiras normas do Banco Central vislumbravam padrões diferentes no funcionamento da atividade financeira, e, mesmo com pouca incorporação da técnica informacional que despontava, iniciavam uma nova fase no papel dos bancos. Um volume maior de serviços prestados a população, como "o recolhimento de taxas e tributos" (KAREPOVS, 1994, p. 10) passava a ser aceito, mas a elevação dos custos de operação provocava novas medidas das instituições visando à racionalização nas rotinas das unidades.

O retorno do processo inflacionário interrompia a sustentação do *Milagre Econômico,* e pressionava as instituições a acelerarem seus fluxos monetários na busca pela manutenção de liquidez. Desta maneira, os bancos priorizaram a captação de recursos de curto prazo e a geração de receitas baseadas na remuneração diferencial da inflação (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CONTEL, 2006, 2009; SANCHES, 2006; DIAS e LENZI, 2009).

De modo geral, a reforma normativa e o acirramento de competitividade alteravam a *estrutura organizacional* do sistema, proporcionando um enxugamento de instituições participantes e a difusão de agências pelo país. Se as decisões tornavam "melhor sistematizada a divisão financeira do trabalho" (CONTEL, 2006, p. 122), gradativamente, impulsionavam o "processo de concentração - dispersão" (CORRÊA, 1995, p. 236), formador dos grandes grupos reconhecidos na atualidade (KAREPOVS, 1994; CORRÊA, 1995; SANDRONI, 1999; JINKINGS, 2002; CONTEL, 2006; DIAS e LENZI, 2009).

Essa segmentação do capital na composição dos *conglomerados financeiros* é relacionada por Nise Jinkings (2002) ao crescente processo de internacionalização do sistema, e à escalada do endividamento externo. As instituições financeiras, autorizadas então a captar recursos no exterior, vislumbravam primordialmente o potencial de lucratividade na intermediação dos empréstimos. As novas anuências concedidas viabilizavam uma atuação direta, ou em parcerias com o capital estrangeiro, e deixavam transparecer um "predomínio da esfera financeira sobre a produtiva" (JINKINGS, 2002, p. 48).

O aparato normativo do território foi sendo adequado para *modernizar* a operacionalização das finanças, possibilitando novos atores e produtos no mercado de créditos. Ainda assim, com as mudanças autorizando novos padrões de difusão nas instituições, o suporte para que estas transformações se concretizassem somente se daria pela evolução técnica do território.

Muito embora a construção das obras da engenharia viária conseguir *banalizar* o uso do "sistema de movimento rodoviário, na articulação das cidades e das regiões brasileiras" (CONTEL, 2006, p. 97), retirando do papel projetos de integração física do território, para os militares brasileiros, estratégico mesmo era a sua *integração imaterial*. Marca da transição para o período técnico-científico e informacional, os esforços de renovação dos sistemas de telecomunicação se intensificaram nas décadas de 1970 e 1980.

Assim como no sistema elétrico, o Governo Militar tomou como meta institucional o reordenamento de todo o aparato de transmissão de informações no território brasileiro. As decisões de investimentos se dariam então através de organismos públicos gestores, visando unificar os vários sistemas de telefonia e formar uma nova estrutura técnica do setor (DIAS, 1996; SANTOS e SILVEIRA, 2001; DIAS e LENZI, 2009).

A criação do sistema Telebrás - Telecomunicações Brasileiras S. A. (1974) centralizou a organização das companhias estaduais de linhas telefônicas e a gestão da *rede-suporte* de telecomunicações. Pouco depois (1980-1985) a *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications* (SWIFT) consegue estender sua infraestrutura e oferecer serviços da rede de apoio à transmissão de dados do mercado financeiro global também para o Brasil (SANTOS e SILVEIRA, 2001; CONTEL, 2006, 2009; DIAS e LENZI,

2009). Na segunda metade da década o lançamento dos primeiros satélites brasileiros consegue interligar a comunicação entre as cinco grandes regiões do território (CONTEL, 2006).

As intervenções de desenvolvimento material e *imaterial* aconteciam em meio às novas necessidades de consumo e investimento, provocadas por estas mesmas ações. A partir dos empreendimentos para articulação do território os bancos puderam então capacitar formas estruturais com maior desenvoltura. Neste contexto, “a possibilidade de um comando mais centralizado das atividades econômicas (permitida pela utilização desta nova base informacional) é uma das responsáveis pela própria ‘concentração bancária’ que ocorreria no país a partir do ano de 1964” (CONTEL, 2006, p. 107).

As transformações na infraestrutura de telecomunicações, baseadas nos primeiros sistemas fundados na informação foram fundamentais para os passos iniciais na chamada *automação bancária*. Em paralelo à necessidade de atualizar seus sistemas operacionais, as instituições passaram a usar novos instrumentos, muitos dos quais ainda em desenvolvimento nos seus laboratórios de pesquisa e desenvolvimento (P & D).

Como forma de sintetizar a evolução dos sistemas técnicos bancários, a literatura consultada adota quatro fases principais (CONTEL, 2006; SANCHES, 2006). A chamada “gênese da automação bancária” (CONTEL, 2006, p. 109), (1965) iniciou a passagem da forma manual dos registros contábeis para a utilização das primeiras Centrais de Processamentos de Dados (CPD‘s), estruturas com grande concentração de capital e pessoal onde se fazia a atualização das informações, e o suporte técnico diário. Nesta fase o Estado despendia grandes esforços na constituição das primeiras empresas especializadas em tecnologia bancária (SANTOS e SILVEIRA, 2001; JINKINGS, 2002; CONTEL, 2006; SANCHES, 2006).

Entre 1970-1976 a “introdução dos computadores nos sistemas de ação bancários” (CONTEL, 2006, p. 110) pelas principais empresas do sistema nacional sinalizava o contínuo investimento no desenvolvimento da informática (CONTEL, 2006; SANCHES, 2006). De 1976 até 1980 a “descentralização do processamento das informações bancárias” (CONTEL, 2006, p. 111) acontecia

pelo empenho do Estado para que os bancos adquirissem uma rede exclusiva de transmissão entre os CPD‘s e suas principais agências (CONTEL, 2006).

Na última fase, o “processamento instantâneo das informações bancárias” (CONTEL, 2006, p. 109) iniciado em 1980, é o momento em que os terminais de computador começam a fazer parte da realidade das unidades, e os novos sistemas e programas instalados permitem à técnica *on-line* garantir a integridade dos dados ainda na efetividade das operações (KAREPOVS, 1994; SEGNINI, 1999; SANTOS e SILVEIRA, 2001; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; CONTEL, 2006, 2009; SANCHES, 2006; DIAS e LENZI, 2009).

Para convergir o sistema na formação dos grandes grupos financeiros, e aumentar o “desempenho de sua rede de drenagem de recursos no território” (CONTEL, 2006, p. 109) os bancos precisaram de uma compreensão diferente também sobre o uso de inovações administrativo-operacionais. Em geral, uma complementação que combinava a aplicação de diferentes modelos de organização do trabalho, pessoal especializado, e uma consequente reciprocidade empresarial do setor (CONTEL, 2006).

Desenhava-se antão o contexto de eficiência técnica e regularidade para obtenção e análise acelerada das informações, possibilitando às matrizes uma coordenação mais pormenorizada e eficiente de suas estruturas operacionais. Junto às mudanças, a descentralização no papel das agências com perda na “relativa autonomia” (KAREPOVS, 1994, p. 10) garantia aos executivos gestores um domínio da totalidade sistêmica (CONTEL, 2006).

Se o aprimoramento técnico-informacional assegurava a diminuição no tempo das operações, tal aceleração faria maior sentido para os resultados corporativos ao buscar a complementação da escala comercial do sistema. Deste modo, com as instituições sentindo a necessidade de maior entrosamento o sistema financeiro foi tecendo sua rede, e assumindo a “hegemonia da temporalidade” (CONTEL, 2006, p. 113) no território. A interdependência temporal entre as instituições, guardadas as limitações de cada empresa, seria a consequência lógica da busca pelos melhores resultados, que os novos conteúdos puderam oferecer. Neste sentido uma interdependência nas ações também ocorreria paralela, e independentemente ao acirramento competitivo, provocado por estas mesmas inovações.

Capítulo 2. Globalização e a Psicosfera Liberalizante no território

Segundo Milton Santos (1996, 2001), o enlace da técnica com o conhecimento se consolidou complementado uma efetiva relação entre a ciência e a produção. Portanto, foi apenas uma questão de tempo para que, gradualmente, os avanços que atingiram a técnica (colocada aos serviços do mercado) incluíssem a variável *informação* entre os novos componentes dos sistemas produtivos contemporâneos (SANTOS, 1996; 2001; CONTEL, 2006).

Se inicialmente a artificialidade do *objeto técnico* possibilitou a construção de uma racionalidade suficientemente capaz de espalhar-se "a todos os lugares e grupos sociais" (SANTOS, 1996, p. 182), a partir da intervenção da informação, elemento central do modelo técnico contemporâneo, esta participação adquiriu eficácia tamanha, a ponto de provocar uma *unicidade técnica* dos sistemas produtivos (SANTOS, 1996; 2001) [14].

A consequente unificação dos comandos das atividades produtivas permitiu então o espalhamento dos sistemas produtivos, enquanto agregava às suas estruturas formas de controle ainda mais centralizadas. Assim, foi se firmando uma interdependência produtiva entre as regiões, exercida primordialmente sob o comando de grandes corporações transnacionais (SANTOS, 1996, 2001; CONTEL, 2006).

A particularidade da técnica da informação, que possibilita sua fragmentação na forma de objetos individuais interconectados capacitou a consolidação de um "subsistema hegemônico" (SANTOS, 1996, p. 179). Neste contexto de plenitude e eficiência, demonstrada na sua capacidade de dispersão, é através do poder de representação

> (...) do computador que a noção de tempo real, um dos motores fundamentais da nossa era, torna-se historicamente operante.

[14] U*nicidade técnica* é a expressão usada por Milton Santos (1996, 2001) para designar uma das principais manifestações contemporâneas do fenômeno técnico (informacional) na passagem para o "processo da produção de uma inteligência planetária". De característica universalista, e com poder para instalar-se de maneira *invasora e hegemônica* (mesmo durante o seu processo evolutivo), manteria a condição de ser a técnica que convive com a presença das outras técnicas passadas. Em sua interdependência com a unicidade do tempo e a unicidade da *vida econômica e social* formaria a base da globalização e das "transformações contemporâneas do espaço geográfico" (SANTOS, 1996, p.189).

> Graças, exatamente, à construção técnica e social desse tempo real é que vivemos uma instantaneidade percebida, uma simultaneidade dos instantes, uma convergência dos momentos. O computador, produto do tempo real criado no laboratório, ao mesmo tempo produz o tempo real das instituições e empresas multinacionais. Trabalhada primeiro nos laboratórios universitários para fins militares, a descoberta (...) é depois assumida pela economia, para se tornar umas das bases de operação das multinacionais da produção e, sobretudo, das multinacionais financeiras (SANTOS, 1996, p. 192).

A transferência instantânea da informação, atingindo todas as regiões do território pela conexão em rede veio acompanhada pela sensação do *acontecer num tempo único,* e por uma nova *percepção* sobre o tempo[15]. Sem o suporte informacional não haveria as interligações necessárias à mobilidade do capital, e ao controle dos processos produtivos e de consumo; e a globalização na sua forma atual também não poderia existir (SANTOS, 1996).

A técnica possibilitou uma ação globalizada das finanças, através da qual os intermediários executam operações de maneira ininterrupta e, até, subvertem a ordem de uso nos fusos horários. Sem a obrigação de se prender aos lugares, os ativos financeiros conseguem acompanhar o funcionamento dos mercados, aproveitando ao máximo o tempo (de luz solar e escuridão) do globo, para se multiplicar (SANTOS, 1996).

A liberalização que autorizou a movimentação internacional de capitais é a outra condição predominante no avanço da globalização. A extrema volatilidade monetária foi fruto da crescente desregulação financeira autorizada nos anos de 1970 em Bretton Woods, e posteriormente através das determinações elaboradas pelo chamado Consenso de Washington[16]. Tal

---

[15] Sobre esta intuição, duas generalidades ganhariam forma ainda nos anos 90, como parte de um discurso ideológico dominante: "a ideia de uma aldeia global e a ideia de que, com as novas condições, o tempo termina por apagar o espaço" (SANTOS, 1996, p. 201). Ambas se referem ao entendimento do chamado *tempo real* como "patrimônio coletivo da humanidade" (2001, p. 14). Apesar de reconhecer a primeira afirmação como ainda longínqua na realidade, Milton Santos a descreve como sendo "alcançável" (2001, p. 14). Já a segunda ideia perdeu sua força na realidade pragmática da segregação enfrentada por refugiados e imigrantes pelo mundo.

[16] "Conjunto de trabalhos e resultado de reuniões de economistas do FMI, do Bird e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington D.C. no início dos anos 90. Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o "Estado Mínimo", isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (privatizando as atividades produtivas) e, portanto, com um mínimo de despesas como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, déficits em conta corrente no balanço de pagamentos, crescimento econômico insuficiente e distorções na distribuição da renda funcional e regional" (SANDRONI, 1999, p. 123).

difusão se deu principalmente através das formulações elaboradas pela contínua interferência das organizações internacionais[17] nas economias (KAREPOVS, 1994; SANDRONI, 1999; SEGNINI, 1999; SINGER, 2000; SANTOS, 2000; SANTOS E SILVEIRA 2001; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; CONTEL, 2006, 2009; SANCHES, 2006; DIAS e LENZI, 2009).

Imbuído nessa visão prática, que referencia o processo de globalização e orienta os mecanismos de deslocamento de capitais, acabava gerando uma (in) consequente ocorrência de crises especulativas, como nos demonstra Paul Singer (2000, p.108):

> Se a política monetária de um país for considerada desfavorável aos aplicadores de capital, em comparação com as políticas de outros países, o primeiro sofrerá em pouco tempo forte hemorragia de capitais. Esta perda pode ser insuportável, implicando exaustão das reservas cambiais ou violenta desvalorização da moeda nacional, acompanhada por forte surto inflacionário.

Um agravamento que produz o ambiente propício aos clamores pelo *auxílio* externo, como os que eram formalizados nos acordos de empréstimos. Tais apelos, na grande parte dos casos serviram de pretexto para intervenções realizadas nas economias de países, por muito já marcados pelos efeitos de ajustes anteriores. A ajuda dos órgãos externos, entretanto, também "deixou a forte impressão de que ela teve muito mais êxito em salvar da bancarrota os intermediários financeiros do Primeiro Mundo do que em recuperar as economias de seus membros do Terceiro" (SINGER, 2000, p. 104).

Para dar continuidade à análise das relações entre a finança e a produção globalizadas, é preciso considerar "a possibilidade de manipulação dos tempos produtivos dos territórios" (CONTEL, 2006, p. 153), já que o comando temporal está cada vez mais alienado do lugar. Neste sentido, não é de agora, e nem tão somente nestas relações, que se fazem sentir as

[17] Organizações internacionais são "organismos de âmbito mundial, continental ou regional que visam à cooperação econômica, social, cultural, científica e à segurança coletiva entre as nações." A Organização das Nações Unidas (ONU) "criada pelas nações vencedoras da Segunda Guerra Mundial, é a mais ampla entidade mundial, cuja função primordial de defesa da paz é complementada pelo trabalho de várias agências especializadas em problemas de desenvolvimento econômico, social e cultural." (...) "Mundialmente, o mais importante organismo econômico-financeiro é o Fundo Monetário Internacional (FMI)" (SANDRONI, 1999, p. 436). Mas, outras duas entidades de relevância na mesma área são: o Banco Mundial ou BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) criado em 1944 e a Organização Mundial do Comércio (OMC) criado em 1995 (SANDRONI, 1999).

constantes investidas regulatórias internacionais, pois como nos lembra Contel (2006, p. 154),

> (...) as nações do centro do sistema capitalista, que detêm o comando destes organismos de caráter global (como a Organização Mundial do Comércio – OMC, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, entre outros), desde meados da década de 1980 procuram induzir um processo de *liberalização normativa* entre os países. Na busca de tirar o máximo proveito comercial e político da *unicidade técnica* instalada, nações ricas e grandes empresas transnacionais trabalham para que seus fluxos de capitais, bens e mercadorias circulem pelo mundo.

O mesmo traço liberalizante imposto nos programas do Banco Mundial seria direcionado ao sistema financeiro brasileiro. Nas proposições, que procuravam garantir maior autonomia à circulação do capital externo no território e menor participação dos bancos públicos no mercado, havia mesmo um condicionamento à adoção de reformas na troca do auxílio financeiro da instituição mundial

> Alguns aspectos essenciais dessas diretrizes eram a eliminação da interferência governamental nos mercados de crédito e o desenvolvimento dos mercados de capitais privados; a liquidação ou privatização dos bancos estaduais e a revisão dos papéis dos bancos federais; a redução do nível e da variância das 'exigências de reserva legal para todos os instrumentos e instituições financeiras' (JINKINGS, 2002, p. 57/58).

Transformadas em referência, as condições passaram a se sobrepor na pauta das autoridades por meio de seguidas prescrições internacionais para a "saúde" econômica do país. Seguidas a risca, possibilitaram à esfera financeira conquistar emancipação, e maior imunidade para suas ações (SANTOS, 2000). Ocupando a política doméstica, essas ideias serviam de parâmetro para a maneira pela qual o Brasil devia se reinserir na economia mundial, durante o processo eleitoral de 1989. Apesar da polarização ideológica no país, as urnas afirmaram a vitória das promessas de *modernização* da nação, sobrepondo o projeto oposto, e deram início ao primeiro governo eleito no novo período democrático (Fernando Collor de Mello, 1990-1992).

Em relação à análise geográfica deste momento histórico, o território já conseguia apresentar as configurações de um meio técnico-científico e informacional bastante adiantado. Mesmo de maneira desigual estendia-se a

instalação dos sistemas técnicos de informação, e a unicidade técnica efetivava a integração *imaterial* entre as principais regiões econômicas (SANTOS e SILVEIRA, 2001; CONTEL, 2006).

A ciência e a tecnologia passam a compor boa parte das ações para a modernização da agricultura. Financiada em vastas extensões de terra pelo interior do país a produção de commodities crescia numa relação inversamente proporcional a necessidade de contratação de mão de obra para as culturas.

Devido à persistência das crises na economia, e as limitações do modelo agrícola nacional, as migrações internas sobressaíram dentre as alternativas de sobrevivência, e enquanto forma marcante de reorganização do território. Como efeito de um adensamento das cidades, o crescimento dos processos desordenados de urbanização e as carências nos serviços de infraestrutura básica também eram mantidos (SANTOS, 2000; SANTOS E SILVEIRA 2001).

Analisando esse contexto, Contel (2006) traçou um perfil entre a formação urbana, a crônica falta de acesso aos serviços públicos e a insuficiência de recursos nas políticas sociais. Condições que apontaram um novo sentido aparentemente acrescentado ao modo de vida urbano, adquirido pelo “fenômeno do consumo” (CONTEL, 2006, p. 161 e ss.) tanto na vida cotidiana dos indivíduos quanto na organização geral do espaço nacional.

A oferta de crédito, expediente recorrente do setor financeiro, e a perene exposição aos meios de comunicação e informação, parceiros nas formas de publicidade, seriam fatores primordiais nos quais se ativaram os estímulos para o consumismo desenfreado nas cidades brasileiras (CONTEL, 2006).

O predomínio de um raciocínio dotado de precisão empreendedora, e fundamentador de um modelo em que o espaço geográfico deve servir como parte da estratégia para despertar novas necessidades significaria, nesta lógica, mais oportunidades nos negócios de comércio e serviços. Tais esforços, adaptados pelos meios que representam a preeminência do consumo no atual período, tornam-se perceptíveis pela proliferação de formas como as dispostas por *Hipermercados* e *Shoppings Centers* no território (CONTEL, 2006).

Essa capacidade de rearranjar a paisagem urbana, valendo-se de artifícios que estimulam necessidades, e o consequente ciclo de ações de

competitividade e dependência do mercado faz parte dos esforços exercidos pelo aparato do consumo em sua escala local. A intensificação das trocas, não apenas entre indivíduos, mas, aquelas feitas pelas empresas e as complexificadas entre os estados nacionais consolidou a economia mercantil capitalista e a pulverização da divisão do trabalho. Alojada nos territórios pelo fenômeno da Segunda Guerra, a nova divisão do trabalho elevou as transações comerciais a um nível cada vez maior de interdependência, dando formato ao conceito de “alargamento dos contextos” (SANTOS, 1996, p. 254).

Por outro lado, para que atendesse da melhor maneira aos anseios impostos pela lógica competitiva, a técnica foi chamada a contribuir para a progressão dos ciclos de produtividade e consumo. Apesar de sua eficácia funcional, a fluidez dos sistemas só pode ser completada, a partir de processos que autorizem a regulação hegemonizada no território. Neste entendimento de Milton Santos (1996), a condição que se assenta no processo de constituição do atual período histórico, é a de que

> Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicosfera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas - tecnosfera e psicosfera - são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas (SANTOS, 1996, p. 255/256).

O conjunto de ideias que passou a ser valorizado na psicosfera brasileira tem sua origem numa ideologia, que foi sendo imiscuída à realidade através da técnica (SANTOS, 1996, 2000). Tal mistura foi produzindo uma totalidade composta por simbolismos cada vez mais concretizados em objetos de técnica banalizada, e misteriosa para a maioria das pessoas (SANTOS, 2000).

Desde então, as inovações da materialidade técnico-informacional, reconhecidas nas características da tecnosfera conceituada por Milton Santos (1996) estão relacionadas às condições específicas de constituição de uma

nova racionalidade entre os brasileiros, tornando-se referência também na organização das formas geográficas da atualidade (CONTEL, 2006).

Tributários destas mudanças do pensamento, os fundamentos estabelecidos pelas *ideologias liberais* contribuíram para a perda de prestígio sofrida pela participação do Estado no reordenamento social. De maneira sucessiva, um movimento contrário também foi sendo apresentado nas investidas de caráter privado, obtendo maior projeção, e conquistando a influência no imaginário brasileiro (CONTEL, 2006).

Nos anos 90 as investidas se agravaram e as marcas liberalizantes emergiram como artifício político para a *solução* dos problemas, deixando sobressair com maior vigor na psicosfera "a ideologia da privatização e a da liberalização normativa" (CONTEL, 2006, p. 167).

Poucos meses após a posse, e em meio a um cenário de "dificuldades de financiamento de suas necessidades e o aumento da dívida interna e os sucessivos déficits públicos, foi criado, durante o governo Collor, o Programa Nacional de Desestatização" brasileiro – PND[18] (SANDRONI, 1999, p. 495). O PND inaugurou as normas que tornaram corriqueiras as imagens veiculadas no decorrer da década de 1990. Em geral, a batida do martelo do leiloeiro oficial nas sedes das bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo representava a ruptura na biografia de alguma empresa pública brasileira.

Um esforço de comparação que busque relacionar o alcance da *ideologia privatista* ao avanço do programa de desestatização só obterá melhor dimensionamento se considerar a intervenção do BNDES nas negociações. Pois, invertendo o raciocínio que prevalecera, o símbolo de construção da base técnica nos anos de 1970 e 1980 passou a incentivar a participação de corporações, e a patrocinar a formação de consórcios nas disputas de arrematação. Levantamentos feitos por Contel (2006) relacionaram sessenta e duas entre "as principais empresas e sistemas de engenharia privatizados no

[18] Sob a égide deste programa a primeira estatal privatizada foi a Usiminas (1991). Se inicialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) manteve a *gestão* do programa, no governo Itamar Franco (1992-1994) "criou-se uma comissão de privatização que, atua independentemente nos processos de preparação e encaminhamento dos leilões de privatização. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o processo de desestatização foi acelerado, tendo sido privatizado todo o setor siderúrgico, a Companhia Vale do Rio Doce, grande parte do setor elétrico e quase a totalidade do setor de telecomunicações" (SANDRONI, 1999, p. 499).

âmbito do referido *Programa*" (*op. cit.*, 2006, p. 168/169) num período inferior a dez anos.

O êxito obtido no empreendimento de uma ideologização que cultua a privatização guarda relação com o movimento hegemônico, arraigado na psicosfera nacional. Tal desempenho, fundamentado num ciclo de inter-relações sustentado entre as esferas da ação e das ideias, segundo Milton Santos (1996, p. 256) possui força para produzir um *meio geográfico,* que;

> Graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnosfera e psicosfera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contrarracionalidade, no próprio conteúdo do território.

Neste contexto a tese da liberalização de normas não tardou em ganhar força política, se tornando prática jurídica corrente a interferir nos interesses da economia. Graças à aparente necessidade dos segmentos empresarial e governamental em justificar condutas tolerantes com processos de abertura econômica, uma *renovação* no conceito foi sendo conduzida até transformá-lo no "que parece ser a outra principal ideologia que pautou a reorganização do território recentemente" (CONTEL, 2006, p.169).

A chamada *modernização* das normas tornaria factível então a institucionalização de mecanismos que pretendiam vincular a política macroeconômica aos anseios hegemônicos internacionais. Desde as primeiras ações do processo de redemocratização se procurou assegurar a "entrada de investidores estrangeiros no mercado de capitais brasileiro" (JINKINGS, 2002, p. 61), e uma simultânea redução tributária nas transações com o exterior.

> As estratégias política e econômica do Governo Collor desenvolveram-se neste contexto e concretizaram-se num amplo programa de 'estabilização' e reformas institucionais de cunho liberalizante, cujos fundamentos seriam mantidos e aprofundados nos governos posteriores (*op. cit.*, 2002, p. 61).

A adoção de um modelo econômico uniforme, consagrado pelo mercado e normatizado a partir de interesses de organismos externos, seria a marca dos governos eleitos democraticamente no Brasil de final de século.

2.1. Plano Real: novos conteúdos normativos e concentração bancária

Encerrado o processo conturbado de transição um governo de coalizão assumiu (Itamar Franco, 1992-1994), adotando como meta principal o controle da hiperinflação - "a taxa de inflação mensal média no primeiro semestre de 1994 era de 43,1% e, em junho de 1994, estava ao redor de 50% ao mês" (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1996).

Para atingir a estabilização na economia foram adotadas várias intervenções, divididas em três fases distintas: o lançamento do Plano de Ação Imediata (PAI), a criação da Unidade Real de Valor (URV) e a adoção de uma nova moeda, o Real. Sob o comando do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, a primeira etapa do programa apontou um conjunto maior de *necessidades,* dentre as quais (SANDRONI, 1999, p. 469):

> (...) redução das despesas públicas, controle das transferências da União para os Estados e municípios, controle sobre a ampliação do crédito dos bancos federais e estaduais, combate à sonegação, aceleração das privatizações e a assinatura do acordo da dívida externa com o FMI e os bancos credores. Nos primeiros seis meses de sua execução, no entanto, o PAI não conseguiu controlar a inflação, e o único setor no qual obteve relativo êxito foi no combate à sonegação.

Com a instauração do novo indexador nacional na economia, a URV, as autoridades pretendiam fazer com que todos os contratos vigentes fossem convertidos, sem que a nova unidade de referência interferisse nas relações já reguladas. Assim, para os salários, benefícios sociais e previdenciários o plano previa a nova referência sem uma conversão pelos valores mais altos para não realimentar a inflação[19] e nem pelos valores de base, impondo mais perdas (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1994).

[19] "A grande vaga inflacionária que atormentou o país a partir do fim dos anos 1970 até o Plano Real teve outras causas: a luta distributiva entre diferentes frações de classe, cada uma sendo beneficiada ou prejudicada por regras específicas de reajustamento monetário; algumas se aplicavam aos salários, outras à taxa de câmbio, outras ainda aos preços tabelados, aos preços mínimos dos produtos agrícolas etc.; e os sucessivos planos de estabilização, que ao fracassarem reacendiam a luta distributiva de forma mais exasperada. O Plano Real pôde acabar com a inflação quando unificou o reajustamento monetário de todos os valores na URV" (SINGER, 2000, p. 46).

O lançamento da nova moeda, o Real (01/07/1994), complementou as primeiras medidas de estabilização, que possibilitaram a queda considerável da inflação, “reduzida a menos de 10% ao ano” (SANDRONI, 1999, p. 469), desacelerando preços, e favorecendo o consumo médio das famílias.

Outro reflexo dessa estratégia econômica foi realizado na política, através da coalizão formada pelos maiores partidos para a disputa eleitoral de 1994. A vitória em primeiro turno elegeu um novo governo (Fernando Henrique Cardoso, 1995/1998), e serviu de apoio adicional para as autoridades poderem acentuar ainda mais os mecanismos de inserção do país na nova ordem global.

A reforma do Estado foi escolhida como forma de atingir o corte das despesas públicas e o equilíbrio orçamentário da federação. Neste momento, a tese de manutenção da estabilidade – com respectiva geração de dinamismo econômico – defendia que as mudanças propostas somente seriam alcançadas pela modernização das estruturas administrativas e com a consequente diminuição das máquinas governamentais.

A aliança partidária de apoio à candidatura sustentou todo o mandato, a partir de uma maioria parlamentar aglutinada em torno da continuidade da política econômica. Desta maneira o governo pôde garantir a aprovação de reformas constitucionais e a quebra de monopólios estatais como os da navegação e minérios, e os do petróleo e gás.

A desregulamentação trabalhista e previdenciária feita nas reformas, além de mudar a gestão dos recursos para manutenção do patrimônio público, favoreceu a diminuição de custos para o setor privado, alterando os regimes de contratação. As manobras para flexibilização do trabalho

> “acabaram, na prática, por alterar a principal estrutura da regulação do trabalho no Brasil: a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, implementando mudanças sob o discurso da necessidade de geração de novos postos de trabalho e adaptabilidade ao cenário competitivo internacional” (SANCHES, 2006, p. 31).

Através do preceito de manutenção da estabilidade monetária o Governo Federal conseguiu a aprovação de sucessivas medidas, que de modo geral afetaram o cotidiano das pessoas. Como num resumo das características macroeconômicas do período, Nise Jinkings (2002, p. 63/64) lembra que;

> “A abertura do sistema financeiro nacional ao capital estrangeiro aprofundou-se ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, que consolidaria a implementação de programas neoliberais no país. Como epicentro de sua política econômica, o governo FHC desenvolveria um programa de estabilização monetária baseado, fundamentalmente, numa absorção crescente de capitais externos. O chamado Plano Real, implantado progressivamente desde 1993, fazia-se acompanhar de medidas estatais de ajuste fiscal, liberalização financeira, privatização e abertura comercial indiscriminada, que conduziriam a um maior endividamento externo e à desarticulação da estrutura industrial do país.”

Decisões tomadas sob forte expansão da crise financeira internacional, que inicialmente atingiu o México (1994), e em seguida a Argentina e o Brasil (1995). Além da fuga de capitais, a crise especulativa fazia com que o governo brasileiro tentasse *ajustar* a economia cortando o crédito, e impulsionando ainda mais as taxa de juros (SINGER, 2000; JINKINGS, 2002). Neste contexto de desamparo financeiro global (DIAS e LENZI, 2006 p. 107),

> (...) a visão das instituições monetárias supranacionais e de alguns governos dos países centrais pressupunha que a promoção de estruturas eficazes de supervisão nessas economias estaria diretamente associada à participação de capital estrangeiro nos sistemas financeiros dos países ‘emergentes’.

Atestando tais teorias, durante toda a segunda metade da década de 1990 novas decisões específicas para o ramo financeiro buscaram alterar a normatização vigente. Corroborando, então, a posição do “governo brasileiro, que passa a considerar de interesse do país maior participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional” (DIAS e LENZI, 2009, p. 107), um novo período de mudanças buscou facilitar o acesso de grupos internacionais ao território. Graças a esta propensão governamental, foi possível garantir maior participação de empresas globais, que aproveitaram as oportunidades concedidas para a incorporação, privatização e liquidação de bancos.

As corporações financeiras nacionais também não perderam o momento disponibilizado, e “expandiram seu patrimônio e aumentaram visivelmente seu poder econômico. Na maioria dos casos com estímulos tributários do governo, os conglomerados liderados pelo Bradesco, Itaú e Unibanco incorporaram várias instituições bancárias após o Plano Real” (JINKINGS, 2002, p. 72/73).

Mesmo aproveitando essa maré de ganhos, as necessidades dos bancos estavam especialmente mais aguçadas nesta fase em que os países emergentes sofriam com a falta de créditos. De outro modo, a transição pelo processo de estabilização econômica e a perspectiva de maior concorrência estrangeira indicavam mudanças nos parâmetros de lucros oriundos da inflação[20].

A consequente dificuldade de adaptação do sistema financeiro a uma nova conjuntura de retorno desde o declínio súbito da inflação preocupava os setores político e econômico. Respaldadas na manutenção do Real as autoridades se sentiam estimuladas a executar sucessivos procedimentos de intervenção, ou para a liquidação de instituições (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CONTEL, 2006, DIAS e LENZI, 2009).

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), lançado em 1995, e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) de 1997 foram medidas que complementaram o Plano Real e deram uma nova conformação ao sistema financeiro e bancário no território.

Editado inicialmente por medidas provisórias, a Lei 9710 (19/11/1998) regulamentou o PROER. “O programa criava linhas de crédito, benefícios fiscais, além de subsídios e incentivos, disponibilizando recursos para a fusão ou incorporação de instituições financeiras insolventes, beneficiando grandes instituições financeiras privadas” (JINKINGS, 2002, p. 72).

Nessa fase do plano, cerca de 40 instituições teriam passado por processos de intervenção, “posto que tanto a lucratividade que auferiam como os dados que ocultavam em balanços financeiros, tornaram-nos inviáveis econômica e financeiramente” (SEGNINI, 1999, p. 186). Neste sentido, merece

[20] Desde os anos 70, os bancos colocaram o processo primário de intermediação num plano posterior aos mecanismos de remuneração pela inflação, privilegiando ganhos com operações de “floating” bancário, ou Ciranda Financeira inflacionária. Posteriormente, diante das reformas econômicas dos anos 1990, o sistema bancário precisou reaprender a conviver com uma diminuição, mesmo que momentânea, desse tipo de receita, e com novas necessidades brasileiras por aportes externos (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CONTEL, 2006, 2009; SANCHES, 2006; DIAS e LENZI, 2009).

atenção as intervenções ocorridas em três importantes bancos do período: Econômico, Bamerindus e Nacional[21] (SEGNINI, 1999; CONTEL, 2006).

De modo geral, as medidas do Banco Central "implicaram importantes movimentos de transferência no controle de instituições" (DIAS e LENZI, 2009, p. 108), estimulando uma verdadeira corrida pelo mercado. De maneira mais específica, as ações envolvendo Econômico, Bamerindus e Nacional se destacaram devido à representatividade que tais instituições tinham "em seus contextos regionais, além de serem as últimas grandes casas bancárias com sede fora da cidade de São Paulo" (CONTEL, 2006, p. 191).

A partir da bibliografia consultada foi possível verificar algumas consequências destas mudanças para o cenário do comando financeiro nacional. Esta reestruturação do sistema financeiro, ao não adotar mecanismos contra os efeitos provocados por um esvaziamento de comando nos outros centros regionais acabou por reforçar uma primazia à Região Metropolitana de São Paulo como o papel de centro gestor da atividade financeira e bancária. Assim, tanto PROER quanto PROES favoreceram também as históricas diferenças regionais da dinâmica socioespacial brasileira, ao ampliarem desequilíbrios da *nova divisão bancária do trabalho* no território (CONTEL, 2006, 2009).

Com a intensificação dos debates sobre a premência das intervenções conduzidas pelo Banco Central no setor privado para o *equilíbrio* do sistema financeiro, outras controvérsias ressaltando aspectos inerentes a própria necessidade de manter bancos públicos, ganhavam maior destaque. Neste sentido, se reforçava a tese de que a manutenção das estatais estaria gerando despesas descontroladas e impossibilitando a produção do "chamado 'superávit primário' para o Tesouro" (CONTEL, 2006, p. 175).

As alternativas colocadas para diminuir os desequilíbrios das contas eram restringidas a um contínuo endividamento público, ou às novas emissões

[21] O Banco Econômico, sediado em Salvador (BA), sofreu intervenção do BCB em 1995 e foi vendido mais duas vezes até passar definitivamente para o controle do Bradesco (SP) em 2003. O Bamerindus, com sede em Curitiba (PR), foi "desnacionalizado" (CONTEL, 2006, p. 191) quando o seu controle acionário foi adquirido pelo grupo inglês HSBC (*HongKong and Shangai Bank Corporation*), a partir de estímulos do PROER (DIAS e LENZI, 2009). O Banco Nacional sediado em Belo Horizonte (MG) sofreu intervenção em 1994 e fez parte do primeiro grande lance de fusão patrocinado pelo PROER, quando foi incorporado pelo Unibanco, em 1995.

monetárias. Diante deste contexto limitado, e como forma de evitar mecanismos inflacionários e diminuir as despesas (CONTEL, 2006, p. 176),

> (...) a privatização das empresas estatais foi a solução encontrada, pois: 1) as privatizações representariam um corte nas despesas dos Tesouros (Federal e estaduais, principalmente), já que com a venda das estatais não seria mais necessário o aporte de recursos constante para a manutenção delas; 2) a privatização dos principais sistemas de engenharia e instituições bancárias geraria uma quantidade suficiente de recursos para saldar compromissos de dívidas acumuladas do Estado. Seria assim resolvida a *questão fiscal*, que permitiria ao Estado incrementar o pagamento de suas dívidas e realizar a estabilidade da moeda. É sob esse conjunto de crenças (...) que os bancos oficiais brasileiros passaram a ser vistos como um dos pilares desta impossibilidade de 'superação da crise'.

O PROES estava baseado em acordos de financiamento público para os governos estaduais poderem amortizar, ou liquidar dívidas, cujos credores eram os seus próprios bancos. Com o Governo Federal passando então a ser o credor destas dívidas, os estados deveriam ceder seus patrimônios como forma de pagamento.

Principalmente nos maiores Estados da federação (SP, RJ e MG) a centralização de alguns impostos em poder da União sempre dificultou a recepção de recursos para a execução de políticas sociais. Em condições semelhantes, muitos governos estaduais recorreram a seus bancos, alimentando um contínuo aumento das dívidas (CONTEL, 2006, 2009).

Em relação aos bancos públicos estaduais, existiam neste contexto quatro principais formas de reorganização[22], a partir da decisão dos governadores em aderir ao PROES. Por hora, dois aspectos merecem maior atenção por se converterem numa espécie de referência fundamental para a compreensão desta fase de privatização de bancos no país.

Primeiro ponto: a questão nevrálgica do processo de reestruturação do sistema financeiro nacional produzido no âmbito do plano Real, e que sempre orientou as autoridades na condução de um conjunto de ações sistematizado foi "a privatização completa destas instituições estaduais, pois (...) a União

[22] A saber, "eram: a) extinção da instituição financeira; b) privatização; c) transformação em instituição não financeira (agência de fomento); d) federalização (aquisição do controle pela União, que posteriormente privatizaria ou extinguiria a instituição)" (2006, p. 178 e ss.).

passa a enxergá-las como principais causadoras da dificuldade do desenvolvimento do país" (CONTEL, 2006, p. 181).

Segundo ponto: efeito do processo eleitoral de 1994, e da estratégica coalizão partidária em torno do plano de estabilização, a preponderância de um modelo ideológico na condução dos principais centros populacionais proporcionou as condições políticas ideais para o triunfo do modelo de privatização neoliberal brasileiro. Neste momento, "nos três principais estados da federação existiam governadores do mesmo partido que o do Executivo Federal (o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB)" (CONTEL, 2006, p. 183).

As referências do levantamento bibliográfico permitem que se entenda o programa de privatização como uma efetiva "ação do Estado" (CONTEL, 2006, p. 175) voltada ao conjunto de interesses[23] do setor privado (nacional e estrangeiro) pelo mercado financeiro brasileiro (CONTEL, 2006, 2009).

Editado por Medida Provisória (1.514 de 07/08/1996), o PROES gerou um custo superior a R$ 60 bilhões durante o processo de repasse do patrimônio nacional (JINKINGS, 2002; CONTEL, 2006, 2009), se transformando no "*evento,* que culminou com praticamente a aniquilação do sistema de bancos públicos estaduais no Brasil" (CONTEL, 2006, p. 176/177).

[23] Além da influência da estabilização monetária e das políticas de *saneamento* financeiro, os trabalhos de Fabio Betioli Contel (2006, 2009) consideram outros motivos para o "aumento do interesse dos investidores em relação aos bancos estaduais" (CONTEL, 2009, p. 124). Nas pesquisas o autor aprofunda a análise em torno de "três fatores basilares: a) a topologia das instituições (a distribuição da rede de prestação de serviços); b) os recursos movimentados pela sua proximidade institucional com os governos estaduais; e c) a própria folha de pagamentos do funcionalismo público" (IDEM, 2009, p. 124).

Capítulo 3. A reestruturação produtiva no sistema bancário

Principalmente a partir de meados do século XX, o cerne das mudanças no território se aproximou da nova dinâmica do pensamento político-econômico disseminado para o avanço da globalização e da inserção nos mercados internacionais.

A vinculação desses processos com o desenvolvimento de uma técnica baseada na informação possibilitou maiores velocidades aos fluxos financeiros, assegurando assim o movimento de internacionalização das empresas. Um impulso dado com tal eficiência, que o empoderamento estabelecido na crença empreendedora sobre as fronteiras subjugaria quaisquer investidas aplicadas como reação de retomada da influência por parte dos Estados nacionais.

Nesse contexto os esforços para um reordenamento do mercado financeiro globalizado, difundidos nas orientações de organismos internacionais encontrariam portas mais abertas nos países pobres, ou em desenvolvimento.

Tema bastante explorado pelas análises da economia, o receituário "modelo" para contenção dos males da inflação sempre veio acompanhado por diminuição da atividade econômica e aumento do desemprego. Características marcantes, que compõem parte da metodologia da Pesquisa Emprego Desemprego (PED) elaborada desde 1984, pela parceria entre o Sistema Estadual de Análise de Dados e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos através da Fundação SEADE-DIEESE.

No que diz respeito ao caso brasileiro, o diagnóstico das instituições revela os "comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão de obra e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por grandes diferenças entre as empresas" (Fundação SEADE-DIEESE, 1984).

Nesse período, enquanto a informalidade "e o trabalho autônomo constituem parte expressiva do conjunto de ocupados" (Fundação SEADE-DIEESE, 1984), mesmo a *sorte* dos trabalhadores, cujos direitos são garantidos por um contrato formal de trabalho, é relativa, pois a realidade da

maioria contratada está “submetida à alta rotatividade, baixos salários e jornadas de trabalho extensas” (*Idem*, 1984).

Interferindo nesse quadro, a implantação dos planos econômicos anti-inflacionários nos anos de 1980 e 1990 não serviria apenas para demonstrar ”as dificuldades de o sistema bancário vigente manter-se numa conjuntura de estabilidade da moeda” (DIAS e LENZI, 2006, p. 102). No Brasil, as tentativas governamentais de adequação econômica ajudariam a enriquecer, também, o aprendizado das instituições através de oportunidades para diminuir custos e adotar “ajustes em sua estrutura organizativa” (JINKINGS, 2002, p. 79).

Simultaneamente, na medida em que se aprofundava a participação do fenômeno financeiro na condução da vida social, a intensificação desta dinâmica exigia “um duplo papel” (SEGNINI, 1999, p. 185), assumido pelo sistema financeiro nacional. De um lado, uma atuação enquanto “agente no processo de reestruturação mais amplo” (SEGNINI, 1999, p. 185) através da participação das instituições nas medidas governamentais que atingem a sociedade, como incorporações ou privatizações. De outro, cada empresa do sistema ”vivencia reestruturações nos processos produtivos no sentido de se adequar à lógica” (SEGNINI, 1999, p. 185) interna de grande competitividade, que se impõe.

As medidas de reestruturação conduzidas pelo Banco Central nas décadas de 1980 e 1990, ao mesmo tempo em que deixavam sobressair um acelerado processo de concentração, fortaleciam os acessos das instituições estrangeiras ao mercado nacional, “sobretudo no setor de varejo bancário” (SEGNINI, 1999, p. 187) (KAREPOVS, 1994; JINKINGS, 2002; CONTEL, 2006, 2009; SANCHES, 2006; DIAS e LENZI, 2009).

Infelizmente este conjunto de ações quase nunca priorizou alternativas satisfatórias para dirimir os efeitos de forte impacto social, gerados nas decisões empresariais de corte nos custos com pessoal. Os reflexos desta tolerância oficial, registrados pelo fenômeno do desemprego, se manifestam de maneira ainda mais implacável no cotidiano bancário.

Tanto nos processos de fusão e incorporação, garantidos com recursos do PROER, quanto nas privatizações incentivadas pelo PROES, foi permitido

aos bancos potencializarem a capacidade de suas redes, enquanto economizavam, cada vez mais, com força de trabalho. Numa síntese sobre as consequências para o emprego, a análise de Liliana Segnini (1999, p. 187) auxilia a compreensão de que;

> Todas essas medidas provocaram uma forte redução no mercado de trabalho bancário, tanto pela eliminação de postos de trabalho superpostos, superposição de agências, reestruturação das formas de gestão, fusão de postos de trabalho, bem como pelo uso intensivo das tecnologias da informação. Dessa forma, se em 1986 a categoria representava um milhão de trabalhadores, em 1996 foi reduzida para 497 mil bancários, ou seja, em dez anos, 503 mil postos de trabalho foram suprimidos.

Neste contexto, um ensejo para que a difusão das *técnicas de computação, a reorganização do trabalho e a terceirização,* reconhecidas "tendências" (SEGNINI, 1999, p. 188) dos anos 1970, fossem se firmando na busca pela diminuição de despesas ao serem incorporadas pelas instituições.

Nos bancos a padronização de medidas para o aproveitamento dos recursos, e o foco no incremento comercial associado à proliferação de sistemas informacionais selecionados pelo mercado contribui com a gradativa supressão de vagas (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006). Ao longo do tempo, as condições desenvolvidas sem nenhum acanhamento pelas instituições "possibilitam a flexibilização funcional do trabalho (que se traduz pela realização de várias tarefas ao mesmo tempo), a redução de níveis hierárquicos e a opção política e econômica que embasa o uso das inovações tecnológicas" (SEGNINI, 1999, p. 189).

Apesar da complexidade econômico-financeira vivida nas décadas de 1970 e 1980, o Estado brasileiro conseguia manter os programas de desenvolvimento estrutural para integração do território. O conjunto de ações orgânicas do então BNDE, e a consolidação da estatal Telebrás, possibilitavam a formação de um sistema técnico de telecomunicação e de transmissão de dados capaz de interligar os circuitos internos aos vetores financeiros internacionais.

Em função desta larga transformação no aparato de comunicações, a marca da instantaneidade no sistema financeiro seria principalmente sentida a partir das transmissões realizadas pelos *sistemas on-line* (KAREPOVS, 1994; SEGNINI, 1999; SANTOS e SILVEIRA, 2001; JINKINGS, 2002; CARVALHO,

2003; CONTEL, 2006, 2009; SANCHES, 2006; DIAS e LENZI, 2009). Efeito da conformação técnica que avançava a noção de estar “em linha” ganha outro significado devido às novas possibilidades de comunicação capacitadas pela conexão em rede (DIAS, 1996; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

A crescente participação do computador nas rotinas das unidades, e a formação dos primeiros sistemas de comunicação possibilitaram acessos mais rápidos aos bancos de dados. Dentro das agências a técnica mecânica foi dando lugar à difusão de novos utensílios de base informacional e, mesmo as tarefas básicas realizadas pelos atendentes, ganhavam o auxílio dos terminais (KAREPOVS, 1994; SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006).

Nutrindo o movimento de automação, o setor financeiro prosseguia investindo na produção acelerada de uma tecnologia baseada na microeletrônica e na informática. Tal disposição permitia uma intensificação nos processos de criação de ferramentas informacionais, e mudanças nos padrões estabelecidos anteriormente para o trabalho nos bancos; dentro, e fora deles (KAREPOVS, 1994; SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; CONTEL, 2006, 2009; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011).

Se desde o advento da reforma bancária dos anos 1960, sucessivamente o nível de escolaridade crescia no setor financeiro, pouco mais de 20 anos depois as exigências aumentariam ainda mais (SEGNINI, 1999).

Com as técnicas da informação assumindo maior participação nas tarefas, as novas qualificações requeridas confirmavam a mudança no perfil de contratação dos empregados dos bancos. Simultaneamente, nesta fase de aceleração dos avanços tecnológicos, o conhecimento tradicional das áreas financeira e contábil perdia espaço nos processos seletivos, na medida em que os padrões de trabalho se tornavam cada vez mais automatizados e repetitivos (KAREPOVS, 1994; SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006).

Discorrendo sobre os reflexos da redução de estruturas e o reordenamento organizacional que acompanhavam as inovações tecnológicas, entrevistas realizadas com empregados do Banco do Brasil, em 1996, já explicitavam as principais mudanças nos locais de trabalho, num período transcorrido de dez anos. Nos relatos (JINKINGS, 2002, p. 87), vê-se que

> (...) foram numerosas as referências ao desenvolvimento do sistema on-line, que possibilitou a ampla difusão de terminais de saque, a introdução de rede local móvel e a generalização do uso de microcomputadores nas agências. O aperfeiçoamento da comunicação por meio de rede e a informatização do processo de trabalho com cheques (leitoras de código de barra, máquinas separadoras de cheques, captura de cheques na origem) foram outras inovações bastante citadas pelos entrevistados.

Simultaneamente ao aumento da pressão por maior rendimento da força de trabalho, grande parte das atividades internas de complemento seguia migrando, e sendo finalizada ainda durante o atendimento principal das agências, ou transferida diretamente ao cliente através dos novos meios eletrônicos disponibilizados pelas instituições (KAREPOVS, 1994; SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; SANCHES, 2006).

Não obstante o potencial de produtividade proporcionado pela evolução técnica, este fenômeno não foi considerado de forma exclusivista na análise das alterações que atingiram o trabalho e a empregabilidade nos bancos (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006). Se a transformação da técnica conseguiu desativar "os grandes centros de compensação, que reuniam numerosos contingentes de bancários nos anos 60, 70 e 80" (JINKINGS, 2002, p. 82), as medidas imediatas de racionalização comprometiam diretamente o emprego e influenciavam a uniformização dos novos modelos de atendimento oferecidos pelos bancos. Acelerando o desmonte nas repartições operacionais de suporte (JINKINGS, 2002, p. 91), pode-se dizer que

> O processo de 'ajuste' da estrutura administrativa e organizacional dos bancos atinge discriminadamente a força de trabalho e repercute seus traços constitutivos como categoria profissional. Vão sendo demitidos, prioritariamente, os bancários responsáveis por tarefas de infraestrutura de apoio ou de atendimento simplificado, postos de trabalho que são continuamente substituídos por máquinas automatizadas ou por trabalhadores subcontratados. Por outro lado cresce a demanda por profissionais qualificados – informados sobre as flutuações do mercado monetário, aptos a vender produtos e serviços financeiros variados aos clientes.

Também as agências bancárias tinham o seu papel alterado por novas práticas, enquanto antigos procedimentos sofriam constantes modificações. A difusão e o uso intensificado da nova técnica entre clientes, usuários, e

empregados do sistema possibilitaram menores custos, e novas referências para a “segurança e a qualidade dos serviços disponibilizados” (SEGNINI, 1999, p. 190). As melhorias foram consideradas tanto para a simplificação dos processos quanto na subordinação a “controles mais rígidos” (SEGNINI, 1999, p. 197), inclusive no que se refere aos indicadores de produtividade. Se a técnica torna o trabalho mais seguro e reduz a possibilidade de erros pela consulta imediata dos dados, da mesma maneira, intensifica o ritmo e acrescenta novas tarefas (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006).

A incorporação da informática nos anos 1980 e as medidas de reorganização do trabalho feitas até meados da década de 1990 prepararam as bases para mudanças estruturais ainda mais ousadas na utilização dos serviços prestados pelo sistema bancário.

Tomando parte numa estratégia de mercado que passa a valer mais para os bancos, e em consonância com a tendência mundial, o atendimento que ainda era mantido dentro das unidades passa a sofrer contínuas mudanças, ensejando um “movimento de perda de importância das agências no sistema bancário brasileiro” (JINKINGS, 2002, p. 119).

A subdivisão de clientes e usuários em classificações de potencial comercial, e a proliferação dos chamados *canais alternativos* de atendimento foram adotadas pelos bancos para esvaziar as agências e priorizar a realização de negócios mais rentáveis. Durante os anos 1990, a exacerbação desta nova conformação acompanhou a tendência das agências virem “a ser substituídas, como principal canal para realização das transações bancárias, por sistemas de atendimento eletrônico” (JINKINGS, 2002, p. 116/117).

Antes mesmo da virada para o século XXI, o aprimoramento da tecnosfera proporcionaria as bases para a difusão da interatividade na comunicação em rede (SANTOS, 1996, 2000, 2001). Assim, como principal expoente desta onda inovadora, “dissemina-se no sistema financeiro brasileiro a noção de *banco virtual* e criam-se agências totalmente automatizadas, nas

quais o atendimento se realiza sem a presença de clientes" [24] (JINKINGS, 2002, p. 118).

A gradativa redução de pessoal e estruturas facilitava a diminuição das áreas internas de atendimento direto, enquanto os locais destinados aos clientes *preferenciais* e caixas automáticos ganhavam novos espaços (KAREPOVS, 1994; SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011).

Durante toda a década de 90 e mais especialmente com o processo de normatização, que complementou o Plano Real foi quando se deram as melhores oportunidades para que as instituições financeiras procurassem aprimorar o ponto de vista empresarial nos seus métodos de gestão. Assim, o anseio fundamentador de competitividade conseguia forjar uma reconversão do modelo administrativo-operacional, precedente no atendimento, em práticas da visão verticalizada do mercado. Para uma das principais estudiosas do tema (JINKINGS, 2002, p. 80),

> Tal movimento vai consolidando o modelo de sistema bancário concebido pela FEBRABAN, caracterizado por densa concentração do capital privado, altamente informatizado, empregando força de trabalho mais escolarizada, tendo como epicentro da atividade o negócio e a venda de 'produtos' e serviços a clientes discriminados e selecionados segundo critérios de renda ou patrimônio financeiros.

Na fase mais avançada de reestruturação, novas qualificações passaram a ser apontadas como as necessárias na ocupação dos postos de trabalho das instituições. É curiosa a generalização nas habilidades produtiva e de competição, como a de "'ser capaz de se adaptar à intensificação do ritmo de trabalho e às demandas dos clientes', 'disposição para ser competitivo', 'ser amável', 'equilibrado', 'ser capaz de se adaptar às novas situações', 'ter comportamento social adequado' etc." (SEGNINI, 1999, p. 197).

Ao longo do tempo, porém, estas expressões se tornaram parâmetro na composição do perfil preferido nas instituições, efetivando uma transição caracterizada na figura do "bancário-vendedor" (JINKINGS, 2002, p. 179):

[24] Na atualidade, as chamadas agências bancárias inteligentes já podem ser inauguradas sem a presença mesmo de um único trabalhador, substituído por sistemas virtuais inteligentes, e que disponibilizam acesso as mais variadas formas de interação comercial, a qualquer momento.

> A atual ênfase dos bancos na ‘excelência’ do atendimento aos clientes como forma de diferenciação mercadológica e na venda de ‘produtos’ e serviços financeiros como importante mecanismo de rentabilidade se faz acompanhar de uma redefinição da identidade profissional do bancário alocado nas agências, postos e centrais de atendimento. Ele converte-se em bancário-vendedor, que deverá estar capacitado ao atendimento integral ao cliente. Seja compondo equipes, seja atuando individualmente, os bancários-vendedores são compelidos a vender títulos, seguros, aplicações e todos os demais ‘produtos’ e serviços disponibilizados, mediante metas compostas pela administração dos bancos.

Segundo a lógica cíclica, que fundamenta os padrões de rentabilidade reconhecidos pelas instituições, os índices alcançados deverão sempre se tornar patamar mínimo e servir para o exercício futuro, movimentando um incessante mecanismo que busca a superação dos valores atingidos anteriormente. Neste sentido, os novos contextos de intensificação da concorrência e de ajuste nos custos contribuem com a constante alteração dos índices de produtividade estabelecidos, e na afirmação das formas flexíveis de remuneração e de contratação para garantir maior lucratividade nos bancos (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006).

Frequentemente relatada na literatura acadêmica, outra inovação experimentada no período fez progredir um tipo de sistema, que facilitou a difusão do autosserviço nas operações bancárias. A técnica do autoatendimento é bastante lembrada, não apenas porque propiciou a execução dos serviços diretamente por clientes e usuários, mas também por produzir consequências diretas no emprego (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011).

De maneira ampla, a técnica do autoatendimento é lembrada não apenas por propiciar serviços executados diretamente por clientes e usuários, mas também por produzir consequências diretas na empregabilidade. De modo singular, o modelo de contratação adotado serviu de referência por apresentar relações estreitas com artifícios usados na promoção de um contínuo movimento de precarização do trabalho na sociedade (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011).

A ampliação nas opções de serviços bancários, oferecidos mediante a contínua atualização da técnica, contribuiu para a propagação da cultura do

autoatendimento ser reconhecida pelos bancos como a melhor “alternativa” voltada a clientes e usuários. A predisposição deste novo comportamento na população e o acelerado desenvolvimento tecnológico foi percebida pelos bancos como circunstância convenientemente capaz de transformar o novo modelo de serviço num efetivo mecanismo de repasse do trabalho[25], originalmente realizado nas instituições.

O esquema desenhado para funcionar no sistema nacional é uma oportunidade para identificar um novo papel na figura daquele que paga pelos serviços, mas ao mesmo tempo “ganha” a contrapartida de executá-los. Um tipo de concessão de serviços no qual (SANCHES, 2006, p. 34)

> Até mesmo os clientes participam da gestão da produção capitalista no contexto do sistema bancário. Estes, por sua vez, são parte do processo produtivo tendo a sua ação também controlada pelos bancos que os fazem trabalhar para si e ainda assim cobram tarifas por cada uma das operações efetuadas.

Frente ao novo potencial produtivo, no qual mesmo as rotinas mais simples são feitas pela clientela, depreende-se que os bancos ganhariam não apenas “diante da economia de custos derivada das operações eletrônicas, feitas via telefone, caixas eletrônicos e Internet” (SANCHES, 2006, p. 129). Frente a esta realidade, o trabalho bancário foi se transformando para acompanhar a parte do processo realizado fora das instituições, e poder se adequar, considerando também as tarefas repassadas para as terceirizadas.

Além de um reforço no desemprego bancário, será possível verificar mais adiante, o papel que a terceirização, a precarização e intensificação do trabalho exerceram na composição dos chamados “fenômenos sociais” (SEGNINI, 1999, p. 189) experimentados no sistema bancário nos anos de 1990.

[25] “A figura do digitador dentro dos bancos (...) desapareceu paralelamente à difusão dos computadores de mesa e a introdução de equipamentos que capturam dados diretamente do documento físico. Parte do serviço de digitação foi dissolvida entre os demais trabalhadores bancários e, inclusive, clientes, que passaram a entrar com dados para realizar suas próprias transações financeiras. Outra parte foi terceirizada, envolvendo, sobretudo áreas como a Retaguarda e Compensação” (SANCHES, 2006, p. 47).

3.1. A terceirização dos serviços e a precarização do trabalho

Para os bancos, se a contínua oferta de serviços operados pelo próprio cliente significou aumento na capacidade de racionalizar instalações, através da terceirização se buscou minimizar os custos com postos de trabalho.

O processo de reestruturação produtiva na atividade bancária começou a ganhar ênfase em meados dos anos 80, quando um modelo principiante de terceirização começou a avançar de forma “dissimulada” como ferramenta inovadora para a gestão do trabalho. Inicialmente, sendo inserida naqueles “trabalhos considerados ‘não bancários’ como transporte, segurança, limpeza, engenharia e manutenção de prédios e equipamentos, restaurante, desenvolvimento de *softwares*” (SEGNINI, 1999, p. 188).

Ainda na fase de instalação destes novos conteúdos nas organizações bancárias, questionamentos sobre a legalidade de terceirizar mão de obra se misturavam às polêmicas envolvendo interpretações de empresários e justiça trabalhista na tentativa de formalizar as novas relações que surgiam. Desde então, as relações refletem a ambiguidade que perdura sobre o papel do trabalho na definição das chamadas atividade-meio e atividade-fim, respectivamente, como uma ação “de suporte às atividades principais de uma determinada empresa”, e, aquelas “reconhecidas como as atividades essenciais ligadas à produção de bens e serviços das empresas” (SANCHES, 2006, p. 136).

No quadro das disputas jurídico-trabalhistas entre patrões e trabalhadores, ampliadas nesta “indefinição” (SANCHES, 2006, p. 136), o ponto de vista dos empregadores foi ganhando mais espaço no debate institucional das relações do trabalho. Sob esta ótica, as práticas da terceirização passaram a ocupar, de modo formal, posições anteriormente reservadas ao trabalho regularmente mantido pelas empresas, inclusive nas atividades principais. Uma movimentação, favorecida pela vantagem inerente do comando da produção, pois, (SANCHES, 2006, p. 136)

> A prerrogativa do controle do processo de trabalho é patronal, também é sua a escolha sobre a forma de dividir e classificar o trabalho, o que faz a Justiça do Trabalho ser normalmente

> influenciada pela visão patronal, pois esta instância não tem sob seu domínio o conhecimento de cada processo de trabalho nos diversos setores da economia.

Sob o predomínio da lógica liberalizante dos anos 1990, propícia às mudanças normativas vistas até aqui, o sistema financeiro seguia desenvolvendo fórmulas "inovadoras" na contínua busca pela redução de custos. Assim, as tarefas de apoio às suas operações e, mesmo as atividades consideradas imprescindíveis para a realização do negócio bancário não passaram incólumes (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011).

Em meio a tal *psicosfera* favorável, as prestadoras de serviços assumiam trabalhos de "telefonia, recepção, teleatendimento, cobrança, análise de crédito, tecnologia da informação" (SANCHES, 2006, p. 18), etc. Com a intensificação da terceirização, as prestadoras de serviços conseguiam as condições técnicas, e experiência suficiente para adentrar inclusive nas áreas da chamada "retaguarda", e compensação bancária[26].

Entre as lideranças empresariais a difusão da terceirização ganhava força pelos discursos sobre a necessidade de contribuir para a melhora da economia e geração de empregos. Parte da influência prevalecente nos modelos de reestruturação, nesse momento do cenário nacional, mereceu o destaque de Ana Tercia Sanches (2006, p. 130) já, que

> No plano político-ideológico a terceirização surge como algo inevitável e necessário para o desenvolvimento econômico no Brasil. Devido à intensificação da competitividade, durante os anos 90, foi propagado por diversos atores sociais, a relativa e parcial ideia de modernidade associada a esta forma de gestão da produção e da força de trabalho.

O fenômeno da terceirização bancária compõe um dos movimentos principais do processo de reestruturação produtiva – conjunto mais amplo de ações para a reorganização das estruturas operacionais. Adotadas pelas

[26] Os processos de terceirização atingiriam as atividades de Retaguarda e de Compensação bancárias ainda na primeira metade dos anos 90, constituindo "uma das atividades mais terceirizadas no sistema (...) 90% dos bancos" (SANCHES, 2006, p. 18). Desta maneira, "a área de Compensação e todas as tarefas que envolvem seu processamento (Retaguarda) não têm sido reconhecidas como 'atividade-fim'. Ou seja, não são consideradas pelos banqueiros essenciais para o deslanche de seu negócio e, por isso, se tornam terceirizáveis. No entanto, não existe nada mais elementar na atividade bancária do que processar um cheque, que é objeto de uma transação bancária e só encontra sentido no negócio bancário" (IDEM, 2006, p. 18/19).

instituições bancárias, estas formas geraram condições diferenciadas de contratação da mão de obra, produzindo consequências significativas no emprego, desvalorização do trabalho e diminuição nos custos de produção (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011).

Entre as peculiaridades que caracterizam a organização do sistema bancário, algumas estratégias para o avanço da terceirização sobre os serviços que os bancos não querem mais sob sua guarda estão relacionadas às chamadas “formas terceirizantes” (SANCHES, 2006, p. 55). A construção deste conceito converge seu foco nas relações estabelecidas entre quem cede o serviço e a empresa terceira propriamente dita. Neste sentido, a terceirização deixa de ser um mero repassar de trabalho, adquirindo conotações que diferenciam o entendimento usual das experiências ampliadas, estabelecidas pelos bancos no território (SANCHES, 2006).

As empresas Promotoras de Crédito, os Correspondentes Bancários e os meios para compartilhamento das estruturas bancárias se tornam formas juridicamente distintas das empresas terceirizadas porque, constituídas para uma determinada atividade e com estatutos específicos, surgem então com a vantagem de poder prestar serviços bancários numa perspectiva de maior autonomia em relação à figura dos bancos (SANCHES, 2006).

Assim como nestes experimentos, a busca pela minimização dos custos proporcionou uma heterogeneidade de formas para a operacionalização do trabalho dos bancos. Exercendo sua criatividade, as instituições passaram a subdividir as tarefas, direcionando a terceirização apenas para determinadas “etapas do trabalho” (SANCHES, 2006, p. 63), a partir da prerrogativa de poderem mantê-las sob o seu comando, ou não.

Muitos dos modelos com foco na exploração terceirizada puderam ser vinculados ao próprio acúmulo de tarefas já exercidas pela empresa prestadora de serviços. Neste sentido, e do ponto de vista de grande parte dos administradores e empresários do ramo as terceirizadoras evoluíram de uma condição inicial como executoras de afazeres complementares, passando então a ofertar serviços especializados no mercado de mão de obra.

Esta transição aconteceu, por exemplo, nas experiências do ramo de transporte de valores e documentos (atividades terceirizadas desde os anos 1980). Depois de garantirem a fatia dos serviços de retaguarda e compensação, passaram a investir também sobre as tarefas de tesouraria. Neste caso a terceirização de um serviço "preparou as bases para a próxima etapa terceirizante" (SANCHES, 2006, p. 69) e garantiu o avanço sobre partes importantes da atividade-fim dos bancos.

No âmbito específico da reestruturação bancária, os estudos realizados permitem a associação da terceirização com "as mudanças nas formas de gestão da produção e da gestão da força de trabalho" (SANCHES, 2006, p. 17), generalizadamente, expressas em condições laborais caracterizadas pela "intensificação do trabalho, jornadas de trabalho mais longas, frequentes horas extras, salários relativamente inferiores" (SEGNINI, 1999, p. 194) aos praticados nos bancos, etc. Circunstâncias que confirmam a aptidão do processo terceirizante gerar múltiplos "segmentos de trabalhadores com relações de emprego e condições de trabalho diferenciadas em relação às condições antes encontradas pelos bancários, para realizar as mesmas tarefas" (SANCHES, 2006, p. 23).

A bibliografia selecionada traz exemplos da disparidade de condições entre os trabalhadores terceirizados e os empregados das instituições financeiras. No que diz respeito aos salários e à jornada de trabalho, quando comparados à segurança de uma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) [27] – como a conquistada pela categoria bancária – os terceirizados ficam subordinados a vencimentos inferiores e ao cumprimento de jornadas mais longas (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011).

Tendo como referência as remunerações nos diversos segmentos bancários no país (bancos públicos e privados, nacionais e estrangeiros), e comparando-os com os salários pagos numa prestadora de serviços para

[27] A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) é o conjunto de cláusulas que regulamenta as relações do trabalho estabelecidas sob o regime da livre negociação e formalizadas através de um contrato coletivo assinado entre os sindicatos ou entidades que representam uma determinada categoria econômica, e os sindicatos de uma categoria específica de trabalhadores. "O conceito de Convenção Coletiva é mais amplo que o Acordo Coletivo" (CONTRAF/CUT, 2012, p. 25), pois nesta forma existe a celebração de "um contrato coletivo restrito, que pode abranger apenas os empregados de uma empresa ou de um grupo de empresas; jamais o conjunto da categoria profissional" (SANDRONI, 1999, p. 610).

compensação de cheques, foi constatado que “o salário de um compensador nessa empresa representa 33% do salário no banco estatal na mesma função, e 70% no banco privado estrangeiro” (SEGNINI, 1999, p. 194).

A comparação entre as garantias contratadas na CCT bancária e o levantamento geral de salários e jornadas, feito pelos trabalhadores terceirizados, também apontou diferenças gritantes. Usando apenas as referências de escriturário e caixa dos bancos, foi possível notar uma “redução salarial de 53% em média” (SANCHES, 2006, p. 81) em relação ao pago nas terceirizadoras, mesmo diante de toda a variedade de funções contratadas nestas empresas. Nestas diferenças, considerem-se os valores que incidiriam sobre Encargos e Direitos Sociais (INSS, FGTS, férias e o décimo terceiro salário) ao longo do ano, e será possível ter uma noção mínima da economia de custos gerada aos bancos que terceirizam seus serviços (SANCHES, 2006).

Sobre o esquema montado em torno da jornada dos empregados regularmente admitidos nas terceirizadoras, e as diferenças em relação ao turno nos bancos, Ana Tercia Sanches (2006, p. 83) observa que

> Houve um aumento diário de 46% na quantidade de horas contratuais, sendo de partida ampliada de 6 para 8 horas e 48 minutos no próprio contrato de trabalho assinado pelos terceirizados, que são registrados como efetivos nas empresas prestadoras de serviço. De acordo com os gestores destas empresas, o aumento da jornada diária de trabalho decorre, de um lado, pelo fato de não serem bancários, desobrigando-os de cumprir as 6 horas de trabalho por dia, conforme rege a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho. Artigo 224); e de outro, os 48 minutos diários, trabalhados além das 8 horas diárias de jornada, são para compensar o trabalho aos sábados, pois esta atividade, na visão das empresas terceirizadas, se liga ao comércio.

Esse aumento do tempo trabalhado não significou apenas uma forma de compensar as horas “livres” aos sábados. O tempo maior dedicado às tarefas nas terceirizadas também “representou a eliminação de trabalhadores necessários para realizar o mesmo *quantum* de jornada total, antes realizado nos bancos, sob o regime de 6 horas” (SANCHES, 2006, p. 84).

Nas entrevistas com trabalhadores foi constatado que esta é apenas uma das maneiras pelas quais a jornada nas empresas pode avançar para além das horas regulares. Pois, um único turno, ainda “segundo depoimentos

dos terceirizados, chega, muitas vezes, a 10 ou 15 horas. Mas, conforme relata um entrevistado, a jornada de trabalho já atingiu 22 horas em dia de pico, nas atividades incluídas na Retaguarda" (SANCHES, 2006, p. 84).

Apesar desse agravamento nas condições de trabalho, o avanço da terceirização assumia contornos mais ardilosos graças ao movimento de desregulamentação, que se seguiu promovendo pela atividade bancária. Esta determinação, naturalmente beneficiada nos cenários de reestruturação produtiva, ganhou maior propagação com a interação de duas práticas estabelecidas dentro do arranjo bancário nacional: a da fragmentação do trabalho e a da segmentação de trabalhadores (SANCHES, 2006).

As rotinas do trabalho bancário sofreram contínuas modificações graças ao uso intensivo da automação e das técnicas da informação, e a adoção de novos programas organizacionais (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011).

Se de um lado a tecnologia diminuiu o tempo na execução das tarefas, favorecendo a decorrente simplificação das rotinas, de outro, as novas experiências na gestão do trabalho e da mão de obra conseguiram eliminar etapas de um "ciclo produtivo diário" (SANCHES, 2006, p. 21), e viabilizar novos prazos nas operações e diminuição de custos com pessoal.

Para as instituições, a reconversão dessas técnicas em aumento de produtividade se mostraria ainda mais oportuna ao possibilitar às operações, já executadas em parte pela clientela, ganharem o reforço da mão de obra terceirizada. Um reordenamento do trabalho, detalhado por Ana Tercia Sanches (2006, p. 22), em que

> Paralelamente ao uso ampliado dos caixas eletrônicos, houve o direcionamento das atividades de Retaguarda e Compensação para fora das instalações físicas dos bancos, sendo essas absorvidas por empresas terceirizadas.
>
> O trâmite de um documento, que outrora seguia uma rotina de circulação interna dentro de uma única instituição (o banco), realiza, a partir do processo de terceirização, um novo trajeto externo que inclui a empresa terceira. Estas atividades foram transferidas para as mãos de trabalhadores (terceirizados) que são recrutados com base em regras diferentes daquelas que regiam as relações de trabalho assalariado nos bancos.

O acompanhamento das rotinas cumpridas por homens e mulheres dentro das empresas terceirizadas possibilitou a autora observar a mistura existente nos ambientes de trabalho. Neste cotidiano, o serviço era feito por grupos, que abrangiam desde bancárias e bancários, e outros empregados formalmente admitidos pelas terceirizadoras e, até, trabalhadores regidos por diferentes formas de contratação, dividindo as mesmas tarefas.

O consequente alastramento da precarização do trabalho encontrada na prestação dos serviços bancários não se deu apenas através da prática do subemprego[28], banalizada nas formas de contratação que acompanharam a terceirização. Muitos problemas trabalhistas derivam mesmo das divergências entre as determinações da legislação em vigor e a multiplicidade de relações de trabalho firmadas pelas terceirizadoras.

Algumas das questões levantadas durante as análises das condições do trabalho terceirizado nas áreas de retaguarda e compensação indicaram um favorecimento das relações fraudulentas estabelecidas no meio bancário. O estudo aferiu as condições nas empresas, e constatou a participação frequente de seguimentos como estagiários, trabalhadores temporários, os chamados *falsos autônomos,* e também cooperados (SANCHES, 2006, p. 74):

> Estas contratações fogem muitas vezes das normas reguladoras das relações entre capital e trabalho, como é o caso do trabalho temporário e o estágio.
>
> O trabalhador temporário deveria, por lei, cobrir eventuais lacunas ou falta de funcionários em uma determinada empresa, como, por exemplo, férias e licença maternidade.
>
> O estagiário deveria ser um aprendiz, e assim, adquirir conhecimentos práticos na área em que está recebendo formação acadêmica. Por isso, seguir um horário de trabalho compatível com seus estudos, deveria ser prerrogativa básica, o que não acontece nas empresas terceirizadas.

Além do emprego fora dos padrões dos estágios, a busca pela redução nos custos salariais diretos e indiretos, através da contratação por tempo

[28] A definição fundamental para o subemprego estaria na situação "socioeconômica instável" (SANDRONI 1999, p. 580) vivida de modo intermediário entre o trabalho remunerado, formal ou informal, e o desemprego (Fundação SEADE-DIEESE, 1984). Nestas condições encontram-se os trabalhadores sujeitos "à prestação de serviços avulsos de baixa remuneração ou que só encontram trabalho em certos períodos do ano" (SANDRONI 1999, p. 580). Pode-se afirmar ainda, que dentre os conceitos que abrangem os estudos sobre o trabalho, o subemprego está relacionado a outro fenômeno intensificado pela implantação dos mecanismos de reestruturação nos setores produtivos, isto é, o da precarização do trabalho (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006).

parcial, produz sérios reflexos na oscilação das verbas remuneratórias. Neste sentido, o trabalhador tem a sua jornada sujeitada às adequações dos fluxos da produção terceirizada, e na respectiva correlação de serviços provenientes dos bancos.

De modo semelhante, o trabalhador *autônomo,* ou aqueles ligados às chamadas cooperativas de trabalho, também se tornavam expostos à subcontratação das terceirizadoras, feita através do repasse indireto dos serviços recebidos nos bancos, ou, diretamente por estes. Nestes casos, para atender a demanda dos bancos o recrutado tem de se estabelecer como empresa, isto é, tendo sob sua incumbência o recolhimento dos impostos e possuir uma inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

De fato, estas formas de contratar o trabalhador acabam sendo feitas através de “empresas de fachada, apenas para que ele preste serviço dentro do banco sem ter a condição de empregado. O objetivo é eliminar pagamentos com encargos e impostos” (SANCHES, 2006, p. 74) pelas instituições e dissimular a existência de qualquer vínculo assalariado (SANCHES, 2006).

As cooperativas de trabalho acabaram assumindo o conveniente papel da terceirização bancária ao atuarem como verdadeiras agências de intermediação da força de trabalho. De modo direto, fornecendo mão de obra para a prestação de serviços terceirizados, e, indiretamente, proporcionando pessoal com experiência nas rotinas de trabalho para os bancos.

Assim, através das formas do autoatendimento os bancos difundiram seus serviços e repassaram (junto com as tarefas que as instituições não quiseram mais sob sua guarda) parte dos postos de trabalho. Os trabalhadores terceirizados por sua vez, mesmo executando serviços como os realizados por empregados formais dos bancos, recebem salários menores, têm jornadas mais longas e não usufruem os direitos da convenção coletiva profissional.

Apesar da gravidade de tal cenário, as perspectivas que se formam apontam para uma institucionalização do subemprego no território. Em concordância com o pensamento liberal em vigor na psicosfera brasileira, proposições atuais para as mudanças normativas em articulação no Congresso

Nacional devem continuar reforçando a desagregação nas relações do trabalho, já há muito encontrada nas experiências da terceirização bancária.

Em 1998, os primeiros debates visando o trabalho temporário e as formas de contratação terceirizada mobilizaram a Câmara Federal através do Projeto de Lei 4302 [29]. Conforme argumenta uma das estudiosas do assunto,

> "O teor do projeto era baseado na proposta de ampliação nos prazos de contratação para o trabalho temporário e de ampliação do marco legal para as contratações de empresas prestadoras de serviços, que passariam a assumir atividades de rotina antes realizadas diretamente pelas próprias empresas demandantes dos serviços" (SANCHES, 2006, p. 31).

Reapresentado no Congresso Nacional, agora sob a denominação de PL 4330/2004, o projeto possibilita a expansão da terceirização, até mesmo das atividades-fim, e procura regulamentar o que na atualidade ainda é reconhecida como prática de intermediação fraudulenta de mão de obra e de precarização do emprego nos setores público e privado (CONTRAF, 2014).

Ainda nos anos 1990, as teorias que pediam o fim de limites à contratação terceirizada ganharam força na psicosfera brasileira. As articulações de entidades civis e empresariais para redução de custos – e desregulamentação do trabalho – conseguiram derrubar o Enunciado 256 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que mantinha a proibição da terceirização no Brasil.

Atualmente, na falta de legislação especifica, as pendengas envolvendo o pagamento de direitos são sanadas a partir das orientações proferidas por jurisprudência da justiça trabalhista.

A Súmula 331/1993 editada pelo TST para ordenar a matéria, e que já era vista como retrocesso pelo movimento sindical, agora resguarda o entendimento de que terceirizar atividade-fim é uma maneira de intermediar mão de obra de forma fraudulenta visando barateá-la. Desta maneira, muitos terceirizados ainda conseguem provar o exercício de funções bancárias, obtendo o reconhecimento do vínculo de seu trabalho na instituição e o

[29] O PL 4302/98, de autoria do ex-deputado federal Sandro Mabel (PMDB – GO), "tramitou até 20.08.2003, quando no governo Lula, por determinação da Presidência da República foi retirado da pauta de votação" (SANCHES, 2006, 31).

pagamento com base na CCT dos empregados de bancos pelos tribunais (CONTRAF, 2014).

O PL 4330/2004 foi aprovado em duas votações (08/04/2015 e 22/04/2015) pela Câmara dos deputados, e depois seguiu para a apreciação do Senado com o nome de Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015.

Considerações Finais

Até o final do século XIX o comércio agroexportador conseguiu garantir recursos estrangeiros que permitiram a formação de um meio técnico no território, disposto de maneira mais restrita a alguns pontos de sua extensão. Apesar disto, a pouca articulação do período contribuía para a existência de "'regiões monetárias isoladas' do território" (CONTEL, 2006, p. 15), e a manutenção de comandos regionalizados na atividade bancária (CONTEL, 2006).

Os momentos de valorização do café direcionaram investimentos, que conseguiram transformar modestas fábricas em unidades industriais de produção massificada (PRADO JUNIOR, 1976). Esta aceleração no processo de reprodução do capital atingiu a circulação monetária e passou a requerer das autoridades, e instituições instaladas, medidas que conduzissem a atividade bancária para uma melhor sistematização. Simultaneamente, a pressão do capital financeiro internacional, preocupado com suas inversões no país, exigiu do governo um conjunto de reformas.

As atribuições circunscritas na centralização do plano político-institucional instalado em 1930 acabaram por reforçar processos de intervenção do Estado na sociedade. Da mesma forma, possibilitaram que interesses específicos dos Estados Unidos auxiliassem o governo brasileiro nas determinações de renovação da base técnica do território.

As investidas das autoridades para munir com financiamento as ações de renovação do meio técnico promoveram a coexistência linear fundamental desses esforços com os interesses de modernização da atividade financeira. A criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) favoreceu então a formação das redes, e os processos de regionalização e concentração bancária (KAREPOVS, 1994; CORRÊA, 1995; CONTEL, 2006; DIAS e LENZI, 2009).

Contando pouco com a esfera privada, a estruturação de novas instituições públicas como os bancos federais regionais e a fundação do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) permitiu ao Estado uma intervenção mais decisiva e horizontalizada no território.

A partir de 1964, a centralização do poder político nas mãos do governo federal, através de um novo arranjo institucional político-militar, estabeleceu parâmetros diferentes para o comando dos recursos públicos e definiu as principais marcas no desenvolvimento de um meio técnico-científico e informacional no território.

Concomitantemente, o fenômeno da metropolização delineava as formas de concentração populacional e de consumo. Diante do quadro de crescimento econômico acelerado, os sucessivos governos militares decidiram um planejamento econômico no qual sobressaíram, então, determinações para uma concentração da renda, ampliação do crédito ao consumo e maior abertura da economia (KAREPOVS, 1994; SANDRONI, 1999).

A chamada *Reforma Bancária* (*Lei* 4.595/64) estruturou o mercado financeiro, redefinindo funções de agentes e criando novas figuras da autoridade monetária (CMN e BCB). Ao mesmo tempo, a sistematização do *mercado de capitais* (Lei 4.728/65) atendeu as expectativas de financiamento público e privado através da comercialização de títulos (CONTEL, 2006).

A inauguração de um novo conjunto de normas a partir de 1964, e o avanço da rede técnica de telecomunicações (a partir da organização do sistema Telebrás) foram os principais fatores para a formação do sistema financeiro e bancário contemporâneo no território. Desde então, a modificação no papel das instituições foi marcada por uma intensa concentração do sistema e racionalização do trabalho. Ainda assim, a grande reviravolta, a partir da chamada *automação bancária* se deu pela participação da nova técnica *on-line* nos anos de 1980 (KAREPOVS, 1994; SEGNINI, 1999; SANTOS e SILVEIRA, 2001; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; CONTEL, 2006, 2009; SANCHES, 2006; DIAS e LENZI, 2009).

Apesar de a eficácia técnica contribuir com os ciclos de produtividade e consumo, a plena fluidez operacional dos sistemas exigiu a complementação de uma série de normas e regulamentações que tornassem do ponto de vista jurídico o sistema ainda mais fluido. As proposições visando garantir maior

autonomia à circulação do capital ganharam força pelo discurso da estabilização econômica, enquanto a retomada do crescimento exigiu que novas formulações, visando uma menor participação do Estado, ocupassem com maior veemência os debates públicos do país redemocratizado. A afirmação de um modelo econômico uniforme, consagrado pelo mercado e ratificado por interesses de organismos externos marcou os governos democraticamente eleitos desde então. Assim, através de novas marcas liberalizantes deixaram sobressair "a ideologia da privatização e a da liberalização normativa" (CONTEL, 2006, p. 167) no território.

As medidas do programa de estabilização econômica de 1994 tornaram o território mais funcional aos agentes globalizados.

Num contexto de intensificação da urbanização e da metropolização do território, e da crônica insuficiência de recursos às políticas sociais, um sentido diferente foi acrescentado ao modo de vida pelo "fenômeno do consumo" (CONTEL, 2006, p. 161). Neste sentido, ao atingir classes sociais distintas em seus anseios de consumo, o Plano Real acabou por se constituir num poderoso elemento de cooptação política, usado para vitórias eleitorais.

A aliança em torno da continuidade da política econômica potencializou os mecanismos de reforma do Estado. As mudanças normativas que eliminaram as restrições ao capital estrangeiro e viabilizaram as reformas, administrativa, fiscal e tributária foram consideradas fundamentais para o processo de estabilização. A desregulamentação trabalhista e previdenciária foi usada como forma de diminuir os custos de produção dos setores privados.

A contradição entre o assentamento da estabilização monetária e a consequente dificuldade de adaptação do setor financeiro à nova conjuntura de ganhos com o declínio súbito da inflação mobilizou sucessivos procedimentos de intervenção, liquidação e privatização de instituições. As oportunidades oferecidas nas negociações favoreceram então a internacionalização e a concentração do sistema financeiro e bancário (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CONTEL, 2006, 2009; SANCHES, 2006; DIAS e LENZI, 2009).

De maneira ampla, as medidas do Banco Central "implicaram importantes movimentos de transferência de controle de instituições" (DIAS e

LENZI, 2009, p. 108). De modo especifico os acordos envolvendo bancos como Econômico, Bamerindus e Nacional determinaram importantes mudanças na representatividade financeira regional (CONTEL, 2006).

Num contexto de carência de instrumentos para prevenir efeitos de esvaziamento no comando financeiro regional, as determinações das autoridades acabaram por reforçar à Região Metropolitana de São Paulo o papel de centro gestor das finanças no território (CONTEL, 2006, 2009).

De modo semelhante, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) ampliaram os desequilíbrios na *nova divisão bancária do trabalho.* Nestas ações, o dever de assegurar a solidez do sistema financeiro e bancário foi usado de maneira a se contrapor aos aspectos inerentes à necessidade de manter as empresas públicas. Os programas se tornaram então uma efetiva ação do Estado na criação de condições interessantes aos investimentos da iniciativa privada no território.

Consequência de uma eficaz estratégia político ideológica, a coalizão em torno da estabilização econômica foi consagrada na psicosfera nacional. Sob o comando dos setores mais influentes da sociedade, suas ações conquistaram os maiores centros regionais, proporcionando condição política ideal para o triunfo do modelo neoliberal brasileiro. A despeito da estabilidade proporcionada pela satisfação dos mercados com resultados eleitorais e reformas, as ações para fortalecimento do sistema financeiro significaram uma efetiva diminuição do poder do Estado na organização da macroeconomia.

Para os bancos, além das experiências obtidas com planos macroeconômicos, o uso intensificado da técnica informacional e da automação favoreceu a reorganização de suas estruturas e a diminuição de custos. Entretanto, nem as medidas de reestruturação encaminhadas pelas autoridades, ou as específicas do setor anteviram alternativas para dirimir efeitos sociais gerados nas decisões empresariais de encerramento de postos de trabalho. Neste sentido, tanto nas negociações garantidas com recursos do PROER quanto nas privatizações financiadas pelo PROES foi permitido aos bancos potencializarem suas redes enquanto economizavam com pessoas.

Nas instituições, a adoção de medidas internas para racionalizar recursos e de foco no incremento comercial contribuiu na supressão de vagas, e influenciou na uniformização de mudanças através dos novos modelos de atendimento oferecidos (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006).

Acompanhando os movimentos de automação e reorganização, as tarefas saíram do atendimento principal das agências e foram assumidas pela terceirização, ou repassadas diretamente ao cliente (KAREPOVS, 1994; SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; SANCHES, 2006).

O uso intensivo por clientes, usuários e empregados desta nova base técnica informacional possibilitou custos menores para os bancos, e novas referências na produção e no emprego. Simultaneamente, a mesma técnica que simplificou processos, favoreceu a submissão a “controles mais rígidos” (SEGNINI, 1999, p. 197) e intensificou o ritmo do trabalho acrescentando novas tarefas (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006).

Em paralelo ao agravamento causado pelo desmonte das repartições operacionais de suporte cresceu “a demanda por profissionais qualificados – informados sobre as flutuações do mercado monetário, aptos a vender produtos e serviços financeiros variados aos clientes” (JINKINGS, 2002, p. 91).

Na estratégia de mercado valorizada pelas instituições o atendimento interno precisou sofrer contínuas transformações, ensejando um “movimento de perda de importância das agências no sistema bancário brasileiro” (JINKINGS, 2002, p. 119). Nesta perspectiva, a subdivisão de clientes e usuários em nichos comerciais e a proliferação dos chamados *canais alternativos* buscaram esvaziar as agências e priorizar negócios mais rentáveis.

A técnica do autoatendimento e a terceirização compõem os movimentos principais dos chamados processos de reestruturação produtiva do sistema bancário. Juntos, estes fenômenos proporcionaram aumento da racionalização de instalações e minimização de custos com postos de trabalho. Consequentemente, as novas formas de contratação desvalorizaram ainda mais o trabalho e diminuíram os custos de produção (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; CARVALHO, 2003; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011).

Ao mesmo tempo em que diversificaram práticas liberalizantes no mercado de trabalho, as instituições repassaram atividades consideradas *imprescindíveis* na realização da atividade financeira e bancária (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011). A migração de bancárias e bancários para o trabalho terceirizado se deu através de novos regimes de contratação, que possibilitaram a criação de empregos com condições comprovadamente prejudiciais quando comparados aos salários e à jornada, garantidos pela convenção coletiva de trabalho (CCT) profissional (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011).

Contudo, o avanço da reestruturação produtiva assumiu contornos mais ardilosos ao promover um movimento de desregulamentação na atividade bancária. O alastramento da precarização do trabalho não se deu apenas pela prática de subemprego, banalizado nas formas de contratação que acompanharam a terceirização. Muitos dos problemas derivam das divergências entre a legislação em vigor e a diversidade prática do cotidiano pelo favorecimento de relações de trabalho fraudulentas.

De modo semelhante ao visto nos estágios remunerados, a contratação por tempo parcial, o trabalho *autônomo* – ou ainda aqueles ligados às cooperativas de trabalho – conseguiram expor as mazelas da subcontratação terceirizada dos anos 1990 (SANCHES, 2006). Estes experimentos, usados para diminuir custos na atividade bancária apresentaram vínculos estreitos com artifícios apontados por promover uma crescente precarização do trabalho na sociedade (SEGNINI, 1999; JINKINGS, 2002; SANCHES, 2006; CONTRAF, 2011).

Ainda assim, as recentes proposições articuladas no Congresso Nacional podem reforçar essa desagregação nas relações do trabalho, como a experimentada na atividade bancária brasileira. O Projeto de Lei 4330/2004 busca formalizar a expansão da terceirização, até mesmo para as atividades-fim, tentando regulamentar o que na atualidade é reconhecida como prática de intermediação fraudulenta de mão de obra e de precarização do emprego nos setores público e privado brasileiros (CONTRAF, 2014).

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Fazenda, *Balanço dos 26 meses do Real*. 1996. 27 p. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/plano-real/balanco_dos_26_meses_do_real.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

CARVALHO, Márcia S. (Org.). Globalização e redes: o teletrabalho e o home-office banking. *Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 1ª ed. v. 1. Londrina: Mediograf. 2003. 222 p.

CONTRAF-CUT. *Cadernos Contraf-CUT: Correspondentes bancários:* inclusão ou exclusão? [São Paulo - SP] Bangraf. Jul. 2011. 22 p.

CONTRAF-CUT. *20 anos de unidade, lutas e conquistas.* [São Paulo – S. P.] Bangraf. Jul. 2012. 72 p.

CONTEL, Fabio B. *Território e finanças. Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*, 2006. 323 p. Dissertação (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo. São Paulo.

CONTEL, Fabio Betioli. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 119-134, jan./ abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103979200900 0100007> Acesso em: 28 jul. 2012.

CORRÊA, Roberto L. Concentração bancária e os centros de gestão do território. In CHRISTOFOLETTI, Antonio; BECKER, Bertha K; DAVIDOVICH, Faney R. (Org.). *Geografia e meio-ambiente no Brasil*. 2 São Paulo: Hucitec, 1998. P. 235-248.

COSTA, Luís César Amad. MELLO, Leonel Itaussu A. *História do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Editora Scipione, 1996. 334 p.

DIAS, Leila C. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In CASTRO, Iná. E; GOMES, Paulo C.C; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). *Brasil:* questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996. P. 115-138.

DIAS, Leila C; LENZI, Maria H. Reorganização das redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 97-117, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103979200900 0100006&lng=pt&nrm=iso#back>. Acesso em: 12 out. 2012.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. *Despachos do Presidente da República*. Brasília - DF, v. 123-A, seção 1, p. 9766-9771, 30 jun. 1994. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1000&pagina=7&data=30/06/1994&captchafield=firistAccess>. Acesso em: 21 jun. 2015.

DIEESE. *O novo sistema de pagamentos:* algumas observações. São Paulo: CNB-CUT, 2002.

FENABAN. CONTRAF/CUT. *Convenção coletiva de trabalho 2012/2013.* 26 p. 2012. Disponível em: <http://www.spbancarios.com.br/Uploads/PDFS/311_fenaban_cct_2012_2013.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2012.

Fundação SEADE - DIEESE. *SISTEMA PED:* metodologia utilizada (1984). 77p. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html> e < http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.pdf> Acesso em: 16 nov. 2012.

JINKINGS, Nise. *Trabalho e resistência na "fonte misteriosa": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro.* Campinas - São Paulo: Editora da Unicamp & Imprensa Oficial do Estado, 2002. 402 p.

JORNAL VALOR ECONÔMICO. *Ranking dos 100 maiores bancos*. (2013). Disponível em: <http://www.valor.com.br/valor1000/2013/> Acesso em: 05 mai. 2013.

KAREPOVS, Dainis. A história dos bancários: lutas e conquistas, 1923-1993. São Paulo: Bangraf, 1994. 165 p.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* 19 ed. post scriptum. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976. 365 p.

SANCHES, Ana T. *Terceirização e terceirizados no setor bancário: relações de emprego, condições de trabalho e ação sindical,* 2006. 156 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

SANDRONI Paulo. (Org.) *Novíssimo dicionário de economia.* São Paulo: círculo do Livro e Editora Best Seller, 1999. 650 p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. 5 reimp. São Paulo: Edusp, 1996. 388 p.

_____. *Por uma outra globalização:* Do pensamento único à consciência universal. 23 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

_____; SILVEIRA, Maria L. *O Brasil:* território e sociedade no início do século XXI. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 476 p.

SEGNINI, Liliana R. P. Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, ano 20, n. 67, p. 183-209, ago. 1999.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico.* 22 ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 335 p.

SINGER, Paul. *Para entender o mundo financeiro.* São Paulo: Contexto, 2000.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso.* São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/>. Acesso em: 06 out. 2012.